



UNILASALLE 

CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE

Credenciamento: Decreto de 29/12/98 - D.O. U. de 30/12/98
Recredenciamento: Portaria 1.473 de 25/5/04 - D.O.U. de 26/5/04

ANAJARA CARBONELL CLOSS

Percursos de Acessibilidade Cultural Casa de Cultura

Mario Quintana: uma pesquisa-ação inclusiva

Canoas, 2013

ANAJARA CARBONELL CLOSS

Percursos de Acessibilidade Cultural Casa de Cultura

Mario Quintana: uma pesquisa-ação inclusiva

*Dissertação de Mestrado, do
Programa de Pós-Graduação
em Memória Social e Bens
Culturais, UNILASALLE.*

Orientador Prof. Dr. Lucas Graeff

Coorientadora Profa. Dra. Rosa Castilhos Fernandes

Canoas, 2013

ANAJARA CARBONELL CLOSS

**Percursos de Acessibilidade Cultural Casa de Cultura
Mario Quintana: uma pesquisa-ação inclusiva**

*Dissertação de Mestrado, do
Programa de Pós-Graduação
em Memória Social e Bens
Culturais, UNILASALLE.*

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Lucas Graeff – UNILASALLE (Orientador)

Profa. Dra. Rosa Castilhos Fernandes – UNILASALLE (Coorientadora)

Prof^a. Dr^a. Adriana Thoma – Professora da UFRGS

Prof^a. Dr^a. Jeniffer Cuty – Professora da UFRGS

DEDICATÓRIA

**Dedico este trabalho a pessoa que me acompanha todos os dias,
nestes quase 20 anos,
tanto nos momentos maravilhosos
como naqueles de muita angústia e ansiedade.**

**Digo que a presença dele foi fundamental,
apoiando, compreendendo e
colocando o meu objetivo
em primeiro lugar!**

VAL, EU TE AMO!

AGRADECIMENTOS

É difícil começar um agradecimento porque foram muitos os envolvidos durante este período – eterno – de dois anos.

Vamos por partes e espero não esquecer ninguém.

Primeiro para minha família por ter participado ativamente da confecção deste aprendizado.

À minha mãe Yara Carbonell, sempre presente.

Ao meu pai Milton Closs e à minha irmã Mayra Closs – espiritualmente também muito presente.

À minha Tia Nydia Carbonell que sempre me acompanhou de pertinho em tudo.

Aos meus irmãos Ubayar e Tuxaua, sempre disponíveis.

Aos meus sobrinhos, Marília e Mauricio Closs e, em especial, à Thaísa Closs, pelas dicas importantíssimas, além da torcida por eu ter decidido voltar a estudar depois de 25 anos.

Ao Theodoro Closs, pela alegria infantil.

Tenho um agradecimento muito especial à Jacira Gil Bernardes por ter me incentivado a entrar neste Mestrado na Unilasalle, por ter dedicado vários momentos em orientação técnica e geral, além dos vários aspectos de convivência e dos trabalhos que fizemos juntas nesse período de alunas, amigas....

Ao UNILASALLE, especialmente ao Lucas Graeff – meu querido, jovem e brilhante Orientador –, que por vários momentos me apoiou e se colocou à disposição para diversas discussões.

À minha Coorientadora – sempre energizante e objetiva – Rosa Castilhos Fernandes, presente em toda minha trajetória.

Aos professores do Pós-Graduação de Memória Social e Bens Culturais – por partilharem sua sabedoria de forma tão afetuosa, em especial à profa. Zilá Bernd.

Aos funcionários da Secretaria que engrandecem este Pós-Graduação, Sílvia, Franciey e Jéssica.

Aos funcionários da Segurança e Portaria pelo acolhimento e gentilezas.

A todos os meus colegas da turma do Mestrado em especial à Helenice Christaldo – parceira pra todas as horas e minha fotógrafa de plantão.

Ao colega, “lindo, rico e de olhos verdes”, Miguel Ribeiro, à espirituosa Rosângela Zalla, à cativante e dedicada Marga Ross, à meiga e gentil Mairi Daldon, à tranquila e incentivadora Elianara, junto com a presença maravilhosa da Helenara e Ângela e do grande Felipe Biasus. Além dos mais novos, como a elegante e sorridente Lenise, o simpático Adroaldo e a enigmática Irmã Zenilde!

Fiz grandes amizades e conheci pessoas fantásticas nas turmas que se cruzaram neste período de dois anos. Sem citar todos, deixo um grande abraço para cada um!

Do grupo das amizades, não teria como nomeá-las. As páginas seriam ínfimas para falar de cada amigo e sua representação particular, sem considerar

aqueles que se inserem em mais de uma categoria, colegas, família, mas sobretudo amigos!

À Cláudia Müller – amiga desde a Faculdade –, que hoje me acompanha em vários eventos e viagens, onde não conseguiria ir sem uma companhia especial. Neste mesmo rol de importância, coloco todas as “Meninas do Chá” que me acompanham por muitos anos e compartilham momentos felizes e de crises.

Ao meu querido amigo Ricardo Schneiders da Silva – meu eterno “chefe”, por tudo!

Principalmente pela palavra certa no momento exato!

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul por ter me dado a possibilidade de estar dedicada a este projeto, que certamente terá reflexos no meu desempenho profissional.

À FABICO – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – na figura de todos os meus colegas técnicos por terem segurado a bronca para que eu pudesse desenvolver este trabalho.

Em especial, à Fatimarlei Lunardelli por ter assumido o *site* da Faculdade tão brilhantemente, além das várias conversas esclarecedoras.

Aos colegas da Biblioteca da Fabico, em especial à Mara Meireles, ela sabe o motivo.

Aos professores e, acima de tudo, amigos André Prytoluk e Sean Hagen
Ao NEPTV.

Ao meu “sempre” estagiário e querido amigo, Rodrigo Klanovicz Ferreira, pela resolução de todas as dúvidas desta máquina chamada “Computador” e pela paciência de explicar.

Aos que trabalharam comigo na confecção especificamente no produto final, o “Documentário”.

Onde encontrei afeto, aconchego, disposição para fazer uma coisa apaixonante, junto com uma competência fabulosa.

Ao Mario Carbonell – meu primo –, maravilhoso câmera e um editor de primeira mão.

Ao “primo” de coração Rogério Ramos – o especialista em detalhes importantes, editor e fotógrafo sensível.

Ao Manoel Quadros – o câmera de plantão.

Ao Programa Incluir – FACED/UFRGS – pela parceria em tornar este trabalho ainda mais acessível.

Ao “Som da Luz”, uma produtora parceira, composta por pessoas competentes e sensíveis que trabalham com audiodescrição, edição de som, qualificando ainda mais todo o documentário e abrindo possibilidades para uma cultura cada vez mais cidadã.

**“Todos os que aí estão,
Atravancando meu caminho,
Eles passarão...
Eu passarinho!”
(Quintana)**

RESUMO

Este estudo discute a acessibilidade cultural e cidadã a partir de uma pesquisa-ação desenvolvida na Casa de Cultura Mario Quintana (CCMQ), em Porto Alegre. A pesquisa aborda as percepções de um grupo de pessoas com deficiências, físicas, visuais e auditivas interagindo com os diferentes ambientes desse espaço cultural de Porto Alegre, na tentativa de traçar percursos culturais possíveis ou não. Esse processo cultural investigativo é apresentado na forma de um documentário, através de uma metodologia de pesquisa-ação, além de trazer uma discussão sobre a existência de uma Cultura do Acesso. Isso significa dizer que, na medida em que as diferenças são vistas e inseridas no nosso cotidiano sociocultural, a acessibilidade perpassa uma questão de reivindicação ou uma prerrogativa de políticas públicas e se estabelece por meio de sensibilizações e percepções, através de demonstrações atitudinais de cidadãos que constroem o que se denomina de Cultura do Acesso.

Palavras-chave: Acessibilidade – Cultura do Acesso – Cidadania – Deficiência.

ABSTRACT

This study discusses socially conscious cultural accessibility from an active-research project developed in the Casa de Cultura Mario Quintana (CCMQ) cultural center, in Porto Alegre. The research addresses perceptions from groups of physically disabled, visually and hearing impaired people about their usability of different cultural environments, aiming to trace possible cultural itineraries regarding accessibility in the CCMQ. The investigative process is presented in the form of a documentary short-film, using an active-research methodology. It also brings forth a discussion about the existence or emergence of an Access Culture. This means that, when these differences are perceived in a daily sociocultural life, accessibility becomes a matter of public policies prerogative, establishing itself through social perception and sensibility. When citizens start taking socially aware actions, they build what we call an Access Culture.

Keywords: Accessibility – Access Culture – Social Responsibility – Disability.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 – Identificação Hotel Majestic.....	43
Foto 2 – Vista Panorâmica da CCMQ.....	44
Foto 3 – Casa de Cultura vista por satélite	45
Foto 4 – Pequena rampa inicial	59
Foto 5 – Construção e finalização de nova rampa	59
Foto 6 – Identificação de obstáculos	61
Foto 7 – Tentativa de buscar informações	62
Foto 8 – O retrato de uma frustração (1).....	64
Foto 9 – O retrato de uma frustração (2).....	65
Foto 10 – Leitura inacessível.....	68
Foto 11 – A caminho da leitura.....	69
Foto 12 – Perguntas sem respostas.....	70
Foto 13 – A incompreensão	71
Foto 14 – A interação é possível	72
Foto 15 – Apresentação dos percursos.....	74
Foto 16 – Atenção redobrada.....	75

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Etapas da pesquisa-ação.....	41
Figura 2 – Espaços culturais – CCMQ	46
Figura 3 – Correlação dos assuntos “acessibilidade – cultura – cultural”.....	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Pessoas com deficiência no Brasil e RS.....	31
Tabela 2 – Agendamento das visitas e gravações dos percursos.....	56

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 A CONSTRUÇÃO CONCEITUAL DE UMA PESQUISA-AÇÃO.....	20
2.1 A Cultura como rede de significados.....	23
2.2 A Cultura como sistema de inclusão e cidadania.....	25
2.3 A acessibilidade cultural: estado da questão e definições.....	29
3 O PERCURSO INVESTIGATIVO.....	40
4 O DOCUMENTÁRIO – DVD.....	77
5 CONCLUSÕES.....	79
REFERÊNCIAS.....	82
APÊNDICES.....	86
ANEXOS.....	88

1 INTRODUÇÃO

A realidade cotidiana na vida de pessoas com deficiências é uma luta. Luta-se para tentar chegar a algum lugar, para se fazer entender, para se atingir objetivos e ser reconhecidos. Essa rotina de lutas está diretamente relacionada aos acessos, às possibilidades de locomoção e às relações estabelecidas entre pessoas, lugares e objetos. Foi a partir dessa rotina, vivida por mim, autora desta dissertação, que surgiu a ideia de pesquisar a acessibilidade e cultura ou acessibilidade em equipamentos culturais. Além dessa experiência pessoal, uma questão que também serviu de motivação para a realização desta pesquisa, foi a relevância acadêmica deste tema, já que não foi encontrada uma representação significativa neste assunto, conforme levantamento do Estado da Arte, no Banco de Tese da Capes.

Com deficiência física por um problema congênito, conheço bem questões relacionadas ao preconceito, discriminação e exclusão. Porém, essas dificuldades provocadas por uma má-formação congênita não me impediram de lutar por espaços, dignidade, respeito e desenvolvimento de uma vida chamada “normal”.

Durante minha formação escolar, passei por grandes períodos de convalescença. Uma média de três meses por ano. Via-me impedida de frequentar as aulas devido às diversas intervenções cirúrgicas pelas quais passei na busca por uma qualidade de vida melhor. Tudo o que posso fazer para melhorar, eu faço. Esse é meu lema. Seja em relação à minha vida, seja para melhorar e ajudar a vida de outras pessoas.

Cheguei ao Mestrado após 27 cirurgias. Formada em Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas e com especialização em Gestão Cultural. Além disso, venho desenvolvendo minhas atividades profissionais na UFRGS, há 30 anos, como Produtora Cultural da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação.

A oportunidade do mestrado impôs-se considerando toda essa trajetória de vida, marcada por uma luta intensa e uma grande superação de obstáculos, sejam sociais, culturais, econômicos e afetivos, porém com resultados compensadores em todos os caminhos. A ideia de desenvolver um trabalho sobre questões de acessibilidade adveio igualmente de toda essa história vivida – além de mais uma vez trabalhar no sentido de tentar “resolver” problemas que já deveriam estar solucionados no contexto sociocultural do século XXI.

Como já escrevi, a ideia surgiu por dificuldades enfrentadas no desenvolvimento de atividades acadêmicas e a primeira hipótese levantada era de trabalhar com três espaços culturais de Porto Alegre, o Teatro São Pedro por sua representação histórica, o Museu Iberê Camargo, por sua contemporaneidade e a Casa de Cultura Mario Quintana por sua característica histórica e de diversidade cultural concentrada em um espaço central, além de sua relação com um personagem marcante da história deste Estado e de nossa cidade, o poeta Mario Quintana.

Este trabalho de pesquisa trata, portanto, de um problema originado de experiências pessoais, mas cujo sentido é eminentemente social. A proposta é discutir a acessibilidade cultural e cidadã a partir de uma pesquisa-ação que teve lugar na Casa de Cultura Mario Quintana (CCMQ), em Porto Alegre. A pesquisa abordou as percepções de um grupo de pessoas com deficiência interagindo com os diferentes ambientes desse importante espaço cultural de Porto Alegre, bem como com seus gestores. Ao convidar esse grupo tão específico para discutir, além de ouvir e acompanhá-los, cada um com a sua peculiaridade, em seus percursos, decidi estruturar um documentário que retratasse a pesquisa, trazendo imagens factuais para a realidade cotidiana cultural deste segmento. Ou, mais precisamente, as possibilidades efetivas de se construir, a partir de uma ação coletiva, caminhos possíveis para ultrapassar barreiras e ampliar a acessibilidade no contexto da instituição pesquisada e fora dela.

Por fim, gosto de pensar que me dediquei a desvendar as “entranhas” de uma cultura sem acesso. Ou, seria melhor dizer, como a falta da “cultura do acesso” impede a acessibilidade universal dentro dos ambientes culturais. Afinal de contas, para além de uma busca pessoal, tais ambientes dialogam diretamente com a linha de pesquisa Memória, Cultura e Identidade, na qual minha pesquisa se inscreve. Tratam-se de lugares de cultura e de memória, nos quais os pesquisadores da referida linha já investem em pesquisas e ações voltadas a questões de Reconhecimento Social e Diversidade Cultural. De fato, os vínculos de pesquisas já existentes facilitaram a viabilidade desta pesquisa, notadamente em virtude do tempo economizado para aceitação dos participantes e para o consentimento do gestor do respectivo espaço cultural.

Nesse intuito, a pesquisa se desdobra num documentário construído conceitualmente a partir de discussões acadêmicas, com diálogos entre colegas, pessoas com deficiência, professores e com meus orientadores. É a partir daí que abordo temáticas relacionadas à adaptação, adequação ou inadequação de ambientes culturais – e, em particular, da CCMQ – do ponto de vista e percepção deste grupo com deficiência usuários/participantes e gestores. Tal abordagem fala concretamente através das imagens captadas dos participantes da pesquisa, na tentativa de ter suas expectativas culturais atendidas, dentro do espaço cultural definido.

As técnicas de pesquisa, portanto, jamais foram um fim em si mesmas, mas adotadas e pensadas numa perspectiva de construção coletiva de percursos de acessibilidade cultural que redundem não apenas em maior acesso a uma importante instituição de Porto Alegre, mas, sobretudo, em uma Cultura do Acesso.

Na medida em que as diferenças, na perspectiva de melhorar as condições humanas, são vistas e inseridas no nosso cotidiano sociocultural a acessibilidade perpassa uma questão de reivindicação ou uma prerrogativa de políticas públicas e se estabelece por meio da sensibilização e percepção de cidadãos que constroem a Cultura do Acesso.

A fim de dar conta do percurso e do desenvolvimento deste trabalho que desembocou no documentário, apresento a construção conceitual da minha pesquisa-ação no Capítulo 2, no intuito de mostrar como apreendi e problematizei conceitos-chave como cultura, reconhecimento social e acessibilidade.

Em seguida, no terceiro capítulo, descrevo a pesquisa-ação em seu passo a passo. Trata-se de uma tentativa de socializar o percurso investigativo, onde as etapas foram delineadas junto com os sujeitos da pesquisa, a partir da definição de uma metodologia que pressupõe uma atividade participante e coletiva, resultando em parcerias para a construção de um instrumento de acessibilidade universal.

No Capítulo 4, apresento em vídeo, o produto final da pesquisa-ação realizada. Neste documentário, dividido por participantes, demonstro algumas das dificuldades ou realidades encontradas no acesso à cultura por um segmento ainda estigmatizado e excluído dentro de nossa sociedade, onde a concepção estética e estrutural ainda permanece como cultura dominante, diminuindo o “campo das possibilidades’ de uma Cultura do Acesso”.

Por fim, no quinto capítulo coloco todas as percepções e constatações surgidas durante todo o processo de desenvolvimento desta pesquisa e os resultados dessa aprendizagem vivida junto com um grupo escolhido de pessoas com deficiências.

2 A CONSTRUÇÃO CONCEITUAL

A acessibilidade universal é um problema que inquieta diferentes segmentos da sociedade, em particular os ativistas e defensores dos direitos humanos. Dentro deste contexto sociopolítico, encontramos situações de tentativas de adaptação para a inclusão de pessoas com deficiência na vida cotidiana de uma cidade, seja sob aspectos urbanos-estruturais, seja em aspectos culturais, que não passam de uma total falta de sensibilização dos daqueles que “não têm deficiência” em não perceber a ausência da cultura do acesso. Na maioria das vezes, o que se pode evidenciar é uma disposição de fazer algo, mas a falta de conhecimento e o fato de não trazer a pessoa com deficiência para explicar e experienciar as possibilidades deste acesso, acarretam em uma total estrutura de exclusão.

Considerando as condições sociais, espaciais e estruturais que possam estabelecer uma vinculação direta entre cultura e acessibilidade, teríamos capacidade de dar conta de um sistema de significados mais abrangente, conforme Velho (1997), onde a autonomia fizesse parte deste universo?

Dentro desta perspectiva, é necessário que se estabeleça uma relação de trocas de experiências, através de políticas públicas e participações efetivas dos segmentos excluídos como forma de concretizar o lema **Nada sobre Nós sem Nós!**¹ Esta simples frase remete ao que é teoricamente sabido, porém não estabelecido, a acessibilidade cultural precisa ser uma realidade que reflita a autonomia dos cidadãos, tanto para aqueles que precisam de um sistema de desenho universal ou apenas para aqueles que por algum motivo necessitam de uma adequação ao querer um momento de diversão, de cultura e de arte.

Para autores como Castel (1997), Goffman (2008) e Honneth (2009), exclusão e cidadania são termos incompatíveis. No que se refere ao direito de

¹ Dizeres usados no Dia Internacional da Pessoa com Deficiência no ano de 2004. O dia consagrado com este lema é 03 de dezembro. (OFICINA NACIONAL DE INDICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, 2008)

ir e vir, nesse ato simples e automático do cotidiano de qualquer pessoa, encontramos um universo de exclusões sucessivas, pautado por escadarias infundáveis, elevadores que não funcionam, subidas e descidas extenuantes, calçadas esburacadas ou escorregadias...Quer dizer, mesmo que algumas dessas estruturas estejam à disposição, em sua grande maioria não estão adequadas ao atendimento de pessoas com alguma deficiência, como, por exemplo, subidas sem corrimão, rampas mal-estruturadas, elevadores sem sinalização ou sonorização..... Ou, ainda: como pensar em universalização de direitos quando deficiências físicas e intelectuais impedem cidadãos de se desenvolverem plenamente em ambientes educativos e culturais? Sem acesso às diferentes formas de expressão e produção simbólicas humanas, é possível sentir-se um cidadão pleno?

Em todos esses casos, questões atinentes à autonomia, à liberdade, à democracia e às fragilidades e diferenças individuais se colocam entre aquilo que o indivíduo e a sociedade desejam e precisam e convivem. Eis por que falar em cidadania, acessibilidade e exclusão não é tratar apenas de direitos individuais e políticos, mas, sobretudo, de direitos sociais (BOBBIO, 2004).

A busca de igualdade, sem discriminação, constrangimentos e limitações para o exercício de direitos fundamentais passa tanto pela possibilidade de usufruir da cidade e de seus diferentes espaços, quanto pelo acesso aos aspectos de uma vida cultural compartilhada.

Em relação a essa sociabilidade de convivência, para desfrutar do que a cidade dentro de sua complexidade oferece, é necessário estabelecer uma proximidade daquilo que vivemos no dia a dia citadino. Conforme Certeau (2012), os lugares das cidades estão à disposição dos cidadãos para efetivamente atender suas necessidades cotidianas.

No caso dos ambientes e equipamentos culturais, inúmeras são as experiências negativas vividas por pessoas cujas deficiências de ordem física e/ou intelectual se colocam como obstáculo a experiências sociais e culturais compartilhadas. Uma proposta de inclusão social ainda é vista com dificuldade

pela sociedade, barreiras de atitudes precisam ser derrubadas para que espaços culturais e sociais sejam efetivamente alcançados e integrados por este segmento populacional.

“Toda pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam”, diz o artigo 27 da Declaração Internacional dos Direitos Humanos (1948, p.1). Tais pessoas sofrem por suas diferenças, seja em virtude dos obstáculos concretos que estas lhes colocam, seja pelas experiências de “estigmatização” (GOFFMAN, 2008) e “desrespeito social” (HONNETH, 2009) que se impõem em suas relações interpessoais.

A fim de tornar claro como as barreiras físicas, sociais e culturais condicionam a uma fruição parcial de saberes, conhecimentos e experiências em ambientes culturais, o presente capítulo discute três conceitos fundamentais: Cultura, Acessibilidade e Deficiência. O objetivo é mostrar que, entendida como um “sistema simbólico” (GEERTZ, 1989), a Cultura se apresenta como um conceito que engloba e amplia as discussões sobre exclusão e cidadania. Por essa razão, falar de Acessibilidade implica em considerar não apenas o acesso imediato, “físico”, aos equipamentos e bens culturais, mas os sentidos representativos e o significado da obstaculização da experiência de viver e sentir. Isto é, as formas de exclusão vividas em situações de interação com pessoas, lugares e objetos. Por esse viés, as lutas das pessoas com deficiência pela efetivação de seus direitos sociais e culturais não pode ser pensado como algo isolado, isto é, sem repercussão em outros grupos sociais. Ao contrário, tratam-se de lutas que se impõem no contexto da “Era dos direitos” (BOBBIO, 2004) e de exercício pleno da cidadania em sociedades democráticas (CHAUÍ, 2006), são mudanças atitudinais que refletem uma transformação na cultura de acessibilidade para a “Cultura do Acesso”.

2.1 A Cultura como rede de significados

Falar sobre cultura pode parecer fácil e uma definição que serve de referência para a UNESCO, segundo o que diz o antropólogo Edmund Tylor, “cultura e civilização [...] um conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade” (TYLOR, 2009, p. 11). Porém essa conceituação torna-se muito mais complexa quando colocada do ponto de vista da tradição, isto é, como forma de comunicação desse conjunto complexo de gerações e/ou membros de um mesmo grupo humano.

Nesse sentido, Denys Cuche (2002) coloca que a cultura não é como uma herança imutável, repetindo-se mecanicamente de geração em geração, mas um processo dinâmico cujas continuidades e descontinuidades se dão no âmbito das relações entre grupos sociais.

Sob esse ponto de vista, pode-se dizer que a cultura nasce, se afirma, se transforma e desaparece nas relações sociais, que são sempre relações desiguais, portanto, sempre vai existir uma hierarquia social e cultural, pois as culturas não são únicas e nem independentes. Sendo assim, estabelecem-se jogos de poder, na medida em que o mais forte impõe, através de sua ordem cultural, seus estilos de vida, de expressões artísticas, uma moral e costumes considerados legítimos. Surge, então, a cultura dominante e a cultura dominada, com todas as suas representações sociais e econômicas. Além disso, é colocado em jogo um conceito de valor cultural. Se, conforme Dennis Cuche, na concepção de Max Weber (CUCHE, 2002, p.145), a cultura da classe dominante é sempre a cultura dominante, aqueles que são teoricamente dominados não são desprovidos de cultura própria, mas reinterpretem à sua maneira a cultura imposta:

Eles não assimilam passivamente os programas divulgados. Eles se apropriam deles, reinterpretam-nos segundo suas próprias lógicas culturais. (CUCHE, 2002, p. 159)

Conjuntos complexos de saberes e práticas, as culturas dominantes e culturas dominadas têm em comum a característica de se apresentarem como sistemas. Mais importante ainda é a representação desta conexão: são “teias de significado”, sugeridas por Max Weber, conforme afirma Geertz (1989). Nesse sentido, elas tornam possível, sensível e visível as relações entre grupos humanos e entre humanos e não humanos (objetos, seres, lugares, etc.).

Cultura dominante e culturas dominadas se imbricam em padrões de comunicação que produzem e reproduzem “visões de mundo” (VELHO, 1994), que jogam com valores culturais. Uma fragmentação sociocultural que é representada por uma diferenciação de possibilidades. O que se pode ver e sentir referenda o que é “normal” e torna difícil e difusa outras formas e padrões alternativos. Volta-se novamente ao fato da exclusão pela falta do acesso à cultura por um segmento específico da sociedade.

Do ponto de vista deste trabalho, a acessibilidade universal a equipamentos culturais passa, necessariamente, por uma aplicação do conceito de cultura como sistema de signos e significados. Quer dizer, como discutir e estabelecer uma “nova ordem cultural”, que prevê a cultura do acesso, se o que se encontra ainda são formas dominantes de perceber a igualdade de acesso como uma prática reparativa? Não se trata apenas de oportunizar opções de acesso a determinados bens e expressões culturais, mas de reorganizar uma visão de mundo onde as estruturas urbanas e equipamentos culturais colaboram para um distanciamento ou *apartheid* cultural, onde as diferenças físicas e orgânicas são percebidas como desvios. Não é apenas estabelecer condições de forma autônoma e cidadã, é tornar e tomar parte de uma conscientização da igualdade da condição humana. Fazer

um papel de “mediador cultural” (VELHO, 1994), interpretando papéis que possam transitar entre diferentes segmentos sociais.

A possibilidade de convívio com a diversidade é o caminho possível para desmistificar a estranheza [...] Os diversos (des)caminhos de concepções e métodos segregatórios e separatistas foram acentuando a não familiaridade com as singularidades pessoais. Não é possível compreender aquilo de que nos afastamos por medo do desconhecimento. A desqualificação [...] conduziu ao desenvolvimento de relações sociais produtoras da interdição que negam acesso ao mundo, para aqueles que são considerados “diferentes”.(FERNANDES, 2003, p.6)

Neste momento, faz-se necessário perguntar: qual é essa “nova direção cultural”? Por que é assim que as coisas funcionam? Por que existem exclusões culturais e a impossibilidade de acessar a cultura por segmentos específicos da sociedade? Em que medida a cultura, entendida como rede de significados, pode se apresentar como um verdadeiro sistema de inclusão e cidadania?

Para que isso aconteça, é preciso levar a sério o ponto de vista das diferentes pessoas com deficiência e pensar a Cultura do Acesso como uma cultura da diversidade, reconhecendo as diferenças, onde o que se espera não é a simples criação de tecnologias assistivas, mas a incorporação das pessoas com deficiências em sua plenitude – não apesar da deficiência, mas a partir dela.

Para tentar chegar a um termo consensual em relação a estas questões, vamos seguir discutindo o papel da cultura e suas possibilidades de inclusão.

2.2 A Cultura como sistema de inclusão e cidadania

Neste trabalho, parte-se da premissa de que as pessoas com deficiência têm o direito à cultura e ao acesso aos ambientes e equipamentos culturais, mas, antes de tudo, a uma verdadeira cultura de reconhecimento de

diferenças. Nesse sentido, a efetivação dos direitos à cultura e ao acesso independem de gratuidade e promoções eventuais. Para além de baratear ou facilitar as condições de acesso, o que se espera é que todas as pessoas, consideradas e reconhecidas em suas diferenças, possam provocar pensamentos, facilitar ou propor sensibilizações, entrar em interações subjetivas como participantes legítimos de uma cultura, seja como consumidores, criadores ou produtores de formas de expressão cultural hegemônicas e contra-hegemônicas.

Em virtude desse ponto de vista, propõe-se que a Cultura, entendida como rede de significados, ganhe a forma de um sistema de reconhecimento de diferenças que leve à inclusão e à cidadania. A impossibilidade de acesso cultural, por falta de instrumentos de acessibilidade, dá-se por uma visão de mundo restrita e excludente. É dela que decorre a inexistência de acessos efetivos aos ambientes de cultura. É uma não aceitação das diferenças que está presente nos ambientes e equipamentos culturais, posto que a visão do acesso como reconhecimento do Outro em suas diferenças ainda se mantém restrita, ou seja, não faz parte do cotidiano social, educacional e cultural permitir a “entrada” de pessoas “estranhas” aos recintos culturais.

Quer dizer, segmentos excluídos não fazem parte dessa trajetória de viver a cultura cidadã. Uma visão de mundo não é um fator hereditário. Pautada por redes de significados, ela é adquirida, absorvida, desenvolvida e presenciada. Como escreve Denys Cuche,

A cultura permite ao homem não somente adaptar-se a seu meio, mas também adaptar este meio ao próprio homem, a suas necessidades e seus projetos. Em suma, a cultura torna possível a transformação da natureza (CUCHE, 2002, p.10)

É a partir de visões de mundo não consideradas como “naturais” que se inscrevem no que se pode chamar de “campos de possibilidades”

(VELHO,1994). A transformação de padrões culturais torna possível a apresentação e o reconhecimento social de uma pessoa com deficiência através de papéis diversificados. Sob a ótica de um sistema inclusivo e cidadão, suas conquistas individuais e/ou coletivas são projetadas em toda a sociedade e repercutem não apenas em seus grupos de referência, mas nas próprias dinâmicas culturais que tendem a naturalizar e perpetuar a exclusão.

Dentro deste contexto, a luta pelo reconhecimento social (HONNETH, 2009) traz intrinsecamente uma importância na reorganização de visões de mundo que excluem grupos humanos do cotidiano cultural. Tratam-se de lutas para se fazer ouvir e representar dentro de uma estrutura social dominante, onde a conquista de espaço é melhor garantida dentro da coletividade.

[...] experiências de desrespeito social, de um ataque à identidade pessoal ou coletiva, capaz de suscitar uma ação que busque restaurar relações de reconhecimento mútuo [...]. É possível ver nas diversas lutas por reconhecimento uma força moral que impulsiona desenvolvimentos sociais. (HONNETH, 2009, p.18)

A luta pela acessibilidade cultural está diretamente relacionada às lutas pelo reconhecimento e pela inclusão social, é o fazer parte do todo. Na medida em que uma pessoa com deficiência física, visual, auditiva ou intelectual deseja e pretende entrar em um teatro, por exemplo, e este não está preparado para recebê-la, pode-se perguntar qual a função social e cultural deste espaço que difunde a cultura.

Quando se fala em acessibilidade e desenho universal, compreende-se que, muito mais do que a preocupação com a eliminação de barreiras, devemos pensar a inclusão e o espaço inclusivo [...] como sendo aquele que permite (inclusive às pessoas com deficiências) a opção de experienciar todos os seus espaços. (COHEN; DUARTE; BRASILEIRO, 2012, p. 111)

Por outro lado, a impossibilidade de participar ativamente da vida cultural pode fazer com que uma pessoa com deficiência tome consciência de seus direitos, afirme suas garantias legais e se recuse a passar pelas situações de constrangimentos onde o seu direito de ir e vir depende de ações de solidariedade e de percepções sensíveis daqueles que estão ao seu redor. Nesse sentido, o conceito de desrespeito social apresentado por Axel Honneth (2009) permite inscrever na revolta e na luta pelo reconhecimento um instrumento das mobilizações e manifestações coletivas que perpassaram o século XX e continuam a se produzir neste início de século XXI. Como escreve o autor,

[...] esse tipo de vergonha moral representa a excitação emocional que domina um sujeito quando ele não pode simplesmente continuar a agir, por conta da experiência de um desrespeito [...] o que ele experiencia acerca de si mesmo [...] é a dependência constitutiva de sua própria pessoa para com o reconhecimento por parte dos outros. (HONNETH, 2009, p. 223)

A luta por reconhecimento perpassa e é pautada por questões de preconceito, exclusão, inclusão, direitos e cidadania. As dificuldades encontradas no dia a dia de uma pessoa com deficiência refletem não só a difícil assimilação desta realidade pela sociedade, mas a questão elementar onde se reúnem experiências vividas e compartilhadas de desrespeito social.

A fim de ir além e de projetar novas pretensões socioculturais, pode-se afirmar que as deficiências são reinterpretadas como diferenças e a acessibilidade universal, pensada e inserida nas cidades e em seus ambientes culturais como uma condição necessária de democracia e cidadania. Ou seja, o estabelecimento de uma Cultura do Acesso acontece quando as diferenças são reconhecidas socialmente, onde a diversidade de maneiras de estar e ser no mundo faz parte da sensibilização das percepções cotidianas.

De fato, as lutas pelo reconhecimento são um caminho fundamental para a transformação da Cultura como condição de percepção das deficiências como diferenças, e da cidade como *locus* de cidadania. Tratam-se de ações efetivas de expansão dos “campos de possibilidades” (VELHO, 1994) tanto para pessoas com deficiência quanto do contexto sociocultural em que se inserem.

Uma realidade de estigmatização e de exclusão é vivida a partir de algumas tentativas de interações e inserções dos indivíduos neste contexto sociocultural, resultando na diminuição dos campos de possibilidades e na convivência e ambiência com os espaços culturais.

Considerando as reflexões apresentadas, discutiremos a seguir questões relativas ao acesso cultural.

2.3 A acessibilidade cultural: estado da questão e definições²

A acessibilidade universal é um tema que vem se impondo em debates acadêmicos e cidadãos. Dos anos 1980 para cá, deu-se a criação do Ano Internacional de Pessoas Deficientes e a formulação do Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência pela UNESCO, temos, ainda, uma Constituição Federal que já garante a inclusão de pessoas com deficiência, bem como a promulgação de leis e normas específicas que visam garantir esses direitos constitucionais, além de diversos fóruns e publicações que foram organizados pelo poder público, por grupos de pesquisa e por organizações da sociedade civil.³ Em todos os casos, se impôs a necessidade de ampliar os

² Esta seção apresenta algumas discussões propostas no artigo GRAEFF, FERNANDES e CLOSS (2013).

³ Ao mapear a trajetória da acessibilidade no Brasil, Adriana de Almeida Prado, Maria Elisabete Lopes e Sheila Walbe Ornstein identificaram cinquenta grupos de pesquisa e algumas publicações acadêmicas contendo “acessibilidade” em seus títulos ou palavras-chave (PRADO; LOPES; ORNSTEIN, 2010).

caminhos para a cidadania plena, que envolvem direitos civis, sociais e culturais.

A acessibilidade universal envolve um conjunto significativo de pessoas. No Brasil, segundo o Censo de 2010 (IBGE), houve um aumento relevante da população que se declarou com algum tipo de deficiência, talvez por ser a primeira vez em que a pesquisa especificou este tipo de segmento populacional. Também na pesquisa do IBGE (2010), foi apontado um número maior de idosos com dificuldades de locomoção, porém esses dados não serviram de ferramentas para que estratégias de políticas públicas fossem pensadas para que diminuíssem as situações de exclusão social, ou seja, ainda permanece uma visível desigualdade na sociedade brasileira em relação às Pessoas com Deficiência (PcD).

[...] quase 46 milhões de brasileiros, cerca de 24% da população, declarou possuir pelo menos uma das deficiências investigadas (mental, motora, visual e auditiva), a maioria, mulheres. Entre os idosos, aproximadamente 68% declararam possuir alguma das deficiências. Pretos e amarelos foram os grupos em que se verificaram maiores proporções de deficientes (27,1% para ambos). Em todos os grupos de cor ou raça, havia mais mulheres com deficiência, especialmente entre os pretos (23,5% dos homens e 30,9% das mulheres, uma diferença de 7,4 pontos percentuais). Em 2010, o Censo registrou, ainda, que as desigualdades permanecem em relação aos deficientes, que têm taxas de escolarização menores que a população sem nenhuma das deficiências investigadas. O mesmo ocorreu em relação à ocupação e ao rendimento. Todos esses números referem-se à soma dos três graus de severidade das deficiências investigadas (alguma dificuldade, grande dificuldade, não consegue de modo algum). (IBGE, 2010)

No Estado do Rio Grande do Sul, existem 2,5 milhões de pessoas com deficiências físicas, auditivas e visuais, segundo o último censo do IBGE (2010), e no Brasil esse número chega a mais de 60 milhões de pessoas, incluindo os com deficiências intelectuais, o quer dizer que uma significativa parcela de cidadãos não consegue exercer o seu direito mais básico, o direito

de ir e vir, com autonomia e dignidade. A Tabela 1 indica os números totais de pessoas com deficiência no Brasil e no Rio Grande do Sul:

Tabela 1: Pessoas com deficiência no Brasil e no Rio Grande do Sul

Tipo de deficiência	Brasil (Total em milhões)	Rio Grande do Sul (Total em milhões)
Visual	35.791.488	1.900.634
Auditiva	9.722.163	617.244
Motora	13.273.969	818.450
Intelectual	2.617.025	162.792
TOTAL	61.404.647	3.499.120

Fonte: IBGE (2010)

No que se refere à acessibilidade cultural, o que está em jogo é o acesso a espaços, sejam públicos, filantrópicos ou privados, que se propõem a conservar, promover e disseminar determinadas formas de expressões da cultura. Nessa linha de pensamento, pode-se dizer que os espaços culturais mais conhecidos são cinemas, teatros, centros culturais, museus, bibliotecas, enfim, lugares onde são produzidas, divulgadas, criadas e apresentadas todas as formas de expressão cultural, sejam em espaços tradicionalmente constituídos, sejam em praças, parques, onde uma orquestra, banda, circo ou grupo teatral demonstra sua atividade criativa e cultural. Segundo Teixeira Coelho (2004, p. 251), estes locais são retratados como o “universo global por onde circulam, são produzidas e consumidas as obras de cultura e arte”.

No Brasil, na medida em que a comunidade internacional e a sociedade civil proporcionaram debates e se inseriram em processos de ampliação e consolidação de direitos sociais e culturais (GRAEFF; FERNANDES; CLOSS, 2013), o próprio Ministério da Cultura passou a estruturar seus programas e políticas nos eixos simbólico, econômico e cidadão. A partir daí, impôs-se

definitivamente a perspectiva de que todo e qualquer cidadão brasileiro tem o direito de participação livre na vida cultural de sua comunidade, bem como de usufruir das artes e das ciências e produzi-las, tendo assegurado a proteção de seus interesses morais e materiais, vinculados a essas produções intelectuais.⁴

A democratização da cultura e a disseminação de ações voltadas para esta área proporcionaram o desenvolvimento de espaços que começam a assumir práticas socioculturais. A partir dessa concepção, Teixeira Coelho (2004) identifica três momentos de práticas e ações culturais no século XX. O primeiro momento prioriza uma abordagem de preservação patrimonial e cultural, em que é destacada a concepção da arte; o segundo, que surge após a Segunda Guerra Mundial, apresenta uma discussão da arte como instrumento social; já o terceiro momento é identificado por uma preocupação pelo indivíduo, sendo assim, as ações culturais passam a ser instrumentos de criações e de projetos individuais. É neste momento que surgem com força os Espaços ou Centros Culturais. Porém, o questionamento em relação à acessibilidade nestes espaços de cultura começa a ser feito apenas a partir da concepção dos direitos dos cidadãos.

Nesse sentido, o direito à criação, à fruição e à difusão de conteúdos simbólicos torna-se um princípio de liberdade e de autonomia para todos os cidadãos. Dentro dessa concepção, não se pode pensar a acessibilidade – seja em que nível for – desvinculada da autonomia. Assim, para os fins deste trabalho, fala-se em acessibilidade “cultural”, em “equipamentos culturais” e em “ambientes culturais” com vistas a proporcionar a fruição e a produção de bens e serviços relacionados não apenas ao campo da arte e da estética, mas de problemáticas múltiplas como gênero, religião, etnia e categorias etárias (GOHN, 2005).

A questão de acessibilidade pode ser abordada sob vários aspectos. Ela é retratada na forma de inclusão social, sob o aspecto de cidadania, onde

⁴ Essa definição é uma síntese do art. 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do art. 215 da Constituição Federal de 1988.

perpassa por uma discussão política, social e cultural. Por exemplo, quando uma pessoa com deficiência tem a experiência de vivenciar um espaço de cultura como um museu, acontece a ambiência, ou seja, um intercâmbio entre as características físicas do lugar com a corporeidade consciente do movimento das pessoas e uma tonalidade afetiva (COHEN; DUARTE; BRASILEIRO, 2012).

Outra abordagem sobre a acessibilidade é da falta de visão, não das pessoas com deficiência visual, mas daqueles que estruturam espaços e representações culturais que não atendem aos princípios de igualdade, pois as leis existem e garantem uma relação igualitária, dentro dessa diversidade cidadã.

Vive-se em uma cultura atravessada por um quase invisível processo de descaracterização da humanidade que há nas pessoas que se expressam em um outro modo de ser, que não o esperado. A consequência da experiência de tal diversidade tem sido a exclusão, a interdição das instâncias sociais para aqueles que não se enquadram na moldura social. (FERNANDES, 2003, p.5)

Porém, a falta de informações acarreta em um processo excludente e preconceituoso de “nunca tinha pensado nisso”, “será que precisamos fazer isso mesmo”. Segundo Baumann (2009), as diferenças nos incomodam e impedem que estabeleçamos relacionamentos amistosos. É preciso pensar o diferente de forma diferente.

Pode-se dizer que existem parâmetros para se falar em acessibilidade plena, universal e autônoma quando todo cidadão é capaz de experimentar sensações complexas, ou seja, que vão além do simples fato de adentrar em um recinto cultural. Trata-se, sobretudo, de participar sensorialmente de um processo cultural amplo e dinâmico.

Nesse sentido, é interessante apresentar como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (BRASIL, 2003) estabelece as regras em relação à promoção e fruição cultural e à acessibilidade, através de sua Instrução Normativa nº 1, de 25 de novembro de 2003:

h) **Acessibilidade:** possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida; i) **Pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida:** que temporária ou permanentemente tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo; j) **Barreiras:** qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas [...]. (BRASIL, 2003)

Dentro das prerrogativas determinadas nesta Instrução Normativa, cabe ressaltar as possibilidades encontradas nos espaços culturais em relação às questões de acesso em termos de “adaptação” e de “adequação”, conforme o que se pode encontrar na Norma da ABNT – 9050. Por adaptação, entende-se que é todo e qualquer elemento que tenha suas características originais alteradas ou passíveis de alteração para se tornar acessível. Já a adequação, é o planejamento de todos os elementos originalmente pensado para oferecer às condições de acessibilidade (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1994).

Bem entendido, as adaptações e adequações normalmente são feitas dentro das condições econômicas do local ou dentro daquilo que é concebido como necessário para torná-lo acessível, fato que nem sempre reflete a necessidade real das pessoas com deficiências. Segundo Prado, Lopes e Ornstein (2010), uma prerrogativa da definição de acessibilidade é a autonomia, ou seja, se a pessoa com alguma deficiência ou não já tem certa

autonomia, esta não pode ser perdida ou impedida por obstáculos construídos em seus espaços de circulação.

A transformação decisiva de conceitos envolvendo acessibilidade aconteceu quando se tomou consciência de que tentativas para tornar espaços sem barreiras resultavam em soluções muito diferenciadas para uma mesma função – como por exemplo o emprego de rampas ou elevadores restritos a um acesso secundário e que na prática não representavam uma alternativa de igual valor de uso que uma escadaria principal empregada pela maioria das pessoas. (SANTOS FILHO, 2010, p.38)

Esta é uma das hipóteses que proporcionou a discussão em relação ao estabelecimento de um formato possível de ser utilizado por todos os cidadãos, ou seja, a possibilidade de se concretizar um desenho universal: é preciso obter uma “consciência” a respeito das barreiras e das diferentes necessidades das pessoas. Tal hipótese também leva em consideração a perspectiva de uma longa expectativa de vida para todos os cidadãos, ou seja, além de pessoas com deficiência, pessoas idosas e com algumas dificuldades de mobilidade, visão ou audição também necessitam de condições de acesso adaptadas e/ou adequadas de forma plena. Essas condições de adaptação devem partir dos sete princípios básicos do desenho universal:

- o uso equitativo para pessoas com diversas habilidades, evitando-se discriminação;
- a flexibilização no uso para diversas capacidades individuais;
- a simplicidade e a intuitividade do uso;
- a percepção fácil e eficiente da informação para o uso;
- a tolerância ao erro, minimizando consequências indesejáveis pelo uso incorreto;
- a redução do esforço físico;
- previsão de tamanho e espaço para o uso de diferentes situações. (SANTOS FILHO, 2010, p.39)

O presente trabalho também pautou seu percurso investigativo nesses princípios. Apresenta-se quando e sob quais condições eles se encontravam presentes ou ausentes, possibilitando ou impedindo a circulação dos sujeitos de pesquisa e, por extensão, o acesso às manifestações culturais da Casa de Cultura Mario Quintana. Mais importante ainda: foi dentro do quadro normativo desenhado a partir desses princípios básicos que as pessoas cegas, em cadeira de rodas, surdas e com bengalas vivenciaram uma pesquisa-ação no âmbito de um espaço cultural multimodal e, ao fazer isso, tornaram explícitas as possibilidades e os desafios que a discussão sobre acessibilidade cultural é capaz de proporcionar.

Para fazer essa aproximação, é preciso refletir criticamente sobre a chamada cultura e “cultura do acesso”, ou seja, até que ponto existe essa postura social e cultural em relação às diferenças, na medida em que a cultura é para todos, mas o “todo” não inclui as pessoas com deficiência, pois o fator de acesso é severamente restritivo.

Hoje se pode dizer que é senso-comum falar de cultura do acesso, mas esta expressão está usual e diretamente relacionada às questões de acesso à informação, por intermédio da gratuidade no acesso aos equipamentos e apresentações culturais. Porém, nesta pesquisa a “cultura do acesso” se refere às possibilidades de se ter acesso à cultura. Ou seja, quando se fala em acessar a cultura ou a um espaço cultural, este acesso está especificamente relacionado a um segmento social, que é excluído de tais ambientes culturais. O questionamento é feito junto às pessoas com deficiência e às possibilidades e condições reais de usufruírem de uma “democratização cultural”.

Dada esta perspectiva, quais as chances de oferecer e criar uma nova experiência cultural para este segmento social acostumado com a exclusão, fazendo da sensibilização um instrumento ou uma ferramenta de socialização e de modificação da realidade sociocultural, no sentido de propor ou tentar o estabelecimento de uma cidadania cultural, que vai além da cultura da estética, onde todos têm os mesmos direitos.

[...] passa a significar o que é "natural" nos homens por oposição ao artificialismo da civilização, ou seja, designa a interioridade humana (a consciência, o espírito, a subjetividade) contra a exterioridade das convenções [...] (CHAUÍ, 2006, p.12)

Além disso, dentro de uma sociedade podemos vivenciar várias situações *sui generis* em relação à falta da cultura do acesso ou a prática de um desrespeito social. Nesta caminhada, algumas delas foram presenciadas, como se dar conta da diferença entre as coisas estarem à disposição e de não se ter condições de acessá-las. Como a apresentação de um *show* cultural em uma praça, com entrada franca, mas que as condições para assistir a essa programação cultural são inexistentes para um segmento de pessoas com deficiência. Quer dizer, existe o acesso na medida em que este espetáculo cultural está na rua, mas não é totalmente acessível, já que ruas e caminhos não são pensados e planejados para a passagem de pessoas com dificuldades visuais e de locomoção, por exemplo.

Entre primitivos e civilizados, não há uma diferença de natureza, mas simplesmente de grau de avanço no caminho da cultura. (CUCHE, 2002, p. 38)

As condições dos espaços urbanos e dos espaços culturais devem estar apropriadas para a circulação de todos os cidadãos, independente de suas condições específicas. Em relação a isso, Michel de Certeau (2012, p.160) diz que "planejar a cidade é ao mesmo tempo pensar a *própria pluralidade* [...] e dar *efetividade* a este pensamento [...]".

Entretanto, é importante salientar que com o processo de evolução da sociedade, iniciou-se um caminho na construção de uma nova estrutura social, em que as pessoas "diferentes" teriam condições de obter algumas conquistas

sociais, de serem reconhecidas dentro de sua cidadania, de conseguirem possibilidades de acesso e de uma melhor aceitação das diferenças, estabelecendo mudanças nas esferas culturais, políticas, educacionais e, principalmente, na valorização como sujeitos desta sociedade.

Essa evolução se reflete nas mudanças de nomenclatura relacionada àqueles que têm deficiência, segundo Sassaki (2003) no início em romances as referências eram feitas aos “inválidos”, sugerindo uma total inutilidade, logo após eram relatados como incapacitados, dando novamente uma conotação de impossibilidade de desenvolver quaisquer tipos de atividades.

Dentro desta perspectiva de exclusão, a estigmatização era outra forma que acabava por estabelecer um processo de afastamento social e cultural, na medida em que pessoas eram identificadas por alguma característica pessoal, bem individualizada. Conforme Goffmann (2008), apesar dessa diferenciação, as pessoas estigmatizadas são iguais às outras e se descobrem capazes de tolerarem qualquer tipo de discriminação e lutarem por mudanças e novas concepções sociais. Durante as décadas de 1960 e 1980, essas pessoas eram reconhecidas como “defeituosas”, salientando questões de deformidade. Com o passar dos anos, esta qualificação/identificação começa a ser vinculada aos movimentos sociais, seus direitos e representações, fato corroborado pela ONU que, em 1981, determinou o “Ano Internacional das Pessoas Deficientes”.

Neste sentido, pode-se dizer que os movimentos mundiais dos “deficientes” fecharam a questão em relação a como deveriam ser chamados – “pessoas com deficiência”. Este termo foi registrado na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotado pela ONU em 13/12/2006 e foi ratificado no Brasil pelo Decreto Legislativo nº186 de 09/07/2008.

No nosso País, embora se tenha avançado na legislação que assegura os direitos dessa parcela da população, costuma-se dizer que essas leis “não pegam”, não são cumpridas. Fato que corrobora ainda mais com a segregação das pessoas com deficiência dentro da sociedade brasileira.

A falta de acesso à cultura e a violação dos direitos das pessoas com deficiência faz parte da realidade brasileira, que precisa ser revertida por meio de ações/attitudes que promovam a inclusão e a garantia do direito de acesso aos espaços e bens culturais, tornando possível a verdadeira Cultura do Acesso.

3 O PERCURSO INVESTIGATIVO

Com o objetivo de dar conta de uma proposta de percurso de acessibilidade cultural na Casa de Cultura Mario Quintana (CCMQ), realizou-se uma pesquisa-ação com a participação de um conjunto de pessoas com deficiência e o gestor da Casa.⁵ A pesquisa-ação caracteriza-se por ser um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada com uma ação ou para a resolução de um problema coletivo (THIOLLENT, 2008), no qual a pesquisadora e os participantes se envolveram.

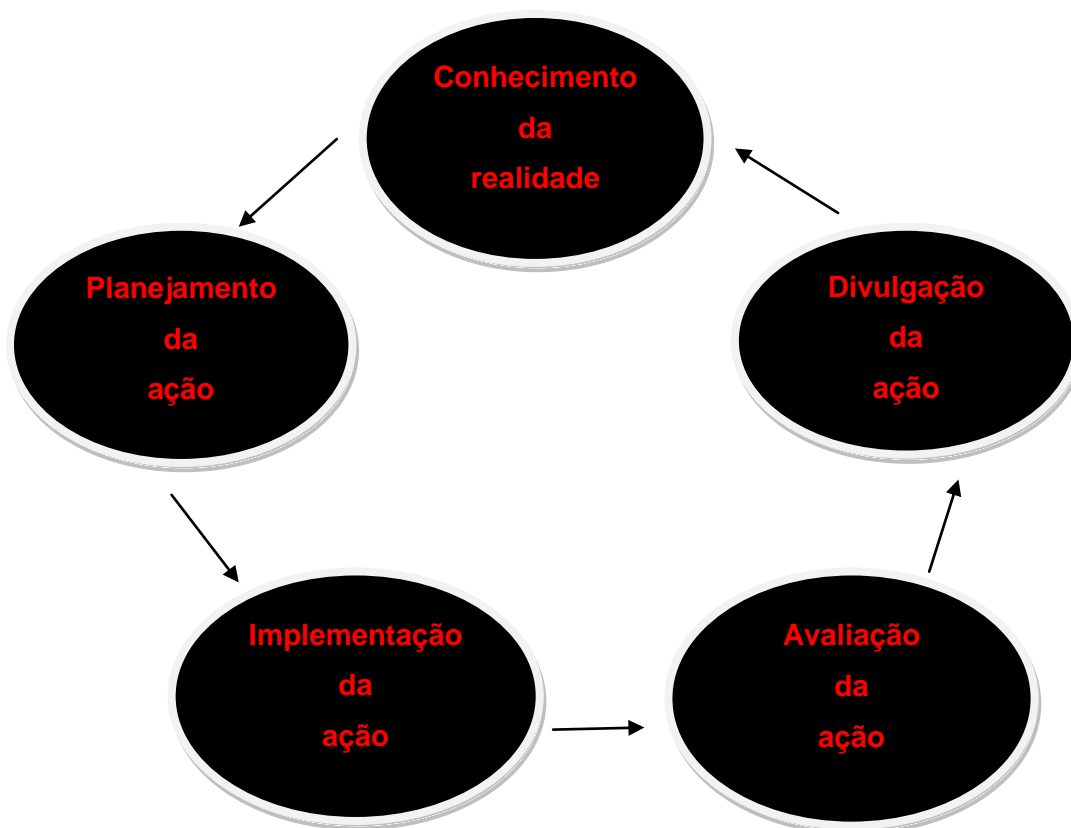
Há vários métodos e maneiras de se aprofundar no processo de pesquisa e de apresentar as conclusões definitivas, aproximadas ou assertivas a respeito de um determinado assunto. Segundo Minayo (2009), a situação não é fácil e não é simples, porém, qual a metodologia mais adequada a ser adotada para explorar uma realidade marcada por especificidades e diferenciações?

Acredita-se que não exista uma única resposta ou um único método. Depende daquilo que denominamos como objeto e/ou sujeito de nosso trabalho, ou seja, a relação entre o pesquisador e o seu “pesquisado” está vinculada a uma realidade social e o conhecimento desta realidade. A partir disso, chega-se aos resultados, conclusões e aplicações desta pesquisa.

Para entender melhor o processo investigativo adotado, encontra-se na Figura 1 a representação das etapas que compõem esta metodologia de pesquisa:

⁵ A proposta inicial era de se fazer uma estrutura de pesquisa que abarcasse mais de um equipamento cultural dentro da cidade de Porto Alegre. A ideia era de analisar o “antigo”, o “diversificado” e o “contemporâneo”. Ou seja, na primeira proposta estava previsto o Teatro São Pedro por sua representação histórica; na segunda opção, com uma estrutura que apresentava várias opções culturais encontrava-se prevista a Casa de Cultura Mario Quintana e, por fim, dentro da contemporaneidade o Museu Iberê Camargo, representando o novo. Porém, devido ao pouco tempo para uma discussão mais aprofundada, era necessário estabelecer um foco dentro de uma estrutura menor, mas não menos importante.

Figura 1 – Etapas da Pesquisa-ação



Fonte: Anajara Carbonell Closs, 2013.

Levando em consideração a estrutura apresentada, pode-se detalhar alguns aspectos das etapas desenvolvidas neste processo da pesquisa-ação, ou seja, quais os passos dados para a efetivação de um resultado que é retratado no produto final. Para estabelecer a composição desta pesquisa-ação, foram utilizados alguns instrumentos, tais como: diário de campo, entrevistas semiestruturadas, observação participante e produção e execução de um documentário com a participação das pessoas com deficiência, representados por deficientes visuais – com baixa visão -; deficientes auditivos e deficientes físicos – cadeirante e mobilidade reduzida.

Especificamente neste trabalho, trata-se de um estudo qualitativo, aprofundado a partir de uma pesquisa-ação na área da Cultura, traçada dentro

de um espaço cultural da cidade de Porto Alegre, conhecido como a Casa de Cultura Mario Quintana (CCMQ).

A escolha pela CCMQ justificou-se, por um lado, pelo espectro cultural amplo que ela compõe. Ou seja, por suas diversas possibilidades de expressões culturais e sua representação mais alternativa e diversificada. Nesse sentido, um estudo de acessibilidade cultural nesses espaços culturais, onde a cultura é retratada, produzida e consumida, tornou possível uma discussão ampla sobre as relações entre cidadania cultural e a inclusão social.

Antes de se adentrar no processo da pesquisa, será apresentado o contexto no qual ela se desenrolou. Isso é relevante na medida em que o leitor deste trabalho pode não conhecer a Casa – ou, caso a conheça, talvez não esteja familiarizado com as atividades culturais que se desenrolam nas diferentes salas e espaços que compõem a instituição.

A pesquisa-ação é um processo espiral (Minayo, 2009). Nela, coloca-se uma pergunta no início do ciclo, que se renova na medida em que problemas são resolvidos e reconstruídos conjuntamente com os participantes ou sujeitos de pesquisa. Nesse sentido, vários procedimentos devem ser equalizados para o desencadeamento da efetivação do projeto da pesquisa, sendo assim um detalhamento de todo o processo adotado para o desenvolvimento desta metodologia se faz necessário.

A primeira parte da pesquisa realizada na Casa de Cultura Mario Quintana foi o conhecimento da realidade, ou seja, o contexto da instituição, sua história, seus espaços, seus limites e suas possibilidades. No que se refere à história, a Casa de Cultura Mario Quintana tem início em julho de 1980, com a compra do antigo prédio do Hotel Majestic, pelo Banrisul.⁶ Em 29 de

⁶ O hotel se transformou em um ponto histórico e turístico de Porto Alegre, pois sua localização privilegiada, no centro da cidade e quase às margens do Guaíba, possibilitava a chegada de turistas e hóspedes vindos diretamente pelo rio. Nos anos 1930 e 1940, o hotel vivenciou sua época de auge, pois Porto Alegre possuía atrativos que traziam pessoas famosas de Montevideu, Buenos Aires, além de hospedar vários políticos importantes do País (CASA DE CULTURA MARIO QUINTANA, 2012).

dezembro de 1982, o governo do Estado adquiriu o Majestic do Bannrisul e, um ano mais tarde, o prédio foi arrolado como patrimônio histórico, tendo início, a partir de então, sua transformação em Casa de Cultura.

Nessa época, começa a transformação do então Hotel Majestic, através da Lei n. 7.803, de 8 de julho, em um espaço denominado de Mario Quintana,⁷ passando a fazer parte da então Subsecretaria de Cultura do Estado. Conforme informações do Governo do Estado (RIO GRANDE DO SUL, 2012), o processo de tombamento começou ao final de 1982 e foi publicado no Diário Oficial em 04/09/1985. O número do processo de tombamento é 02.664-25.00-SCDT-82. Segundo o Arquivo do IPHAE, “o prédio foi arrolado como Patrimônio Histórico, tendo início, a partir de então, sua transformação em espaço cultural”. Nasce assim a Casa de Cultura Mario Quintana (Fotos 1 e 2), localizada entre duas ruas centrais de Porto Alegre (foto 3).

Foto 1 – Identificação do Hotel Majestic



Fonte: Fotos Documentário, 2013.

⁷ Mario Quintana, poeta gaúcho com grande reconhecimento nacional, nasceu em Alegrete em 1906 e morreu em Porto Alegre no ano de 1994. Mario Quintana fez sua casa o Hotel Majestic, justificando a adoção de seu nome quando transformado em Casa de Cultura (CASA DE CULTURA MARIO QUINTANA, 2013).

Foto 2 – Vista panorâmica da Casa de Cultura



Fonte: Casa de Cultura Mario Quintana, 2012.

Foto 3 – Casa de Cultura vista por satélite



Fonte: Google Maps, 2013.

No que se refere aos espaços, limites e possibilidades, identificou-se um conjunto significativo de ambientes culturais no interior da edificação. Contando com sete andares, a Casa abriga atividades artísticas e culturais, como cinema, música, artes visuais, dança, teatro, literatura, além de desenvolvimento e realizações de oficinas e eventos ligados à cultura.

Estas atividades estão inseridas nos inúmeros setores da Casa, que homenageiam através de seus nomes, artistas e intelectuais vinculados às questões culturais, especificamente figuras da cultura do Estado do Rio Grande do Sul, como, por exemplo, Galeria Augusto Meyer, Complexo Bruno Kiefer,

Teatro Bruno Kiefer, Sala Eduardo Hirtz, Biblioteca Érico Verissimo, Espaço João Fahrion, Auditório Luís Cosme, Discoteca Nato Henn, Sala Paulo Amorin, Espaço Romeu Grimaldi, Espaço Vasco Prado, Biblioteca Armando Albuquerque, Teatro Carlos Carvalho, Espaço Elis Regina, Espaço Fernando Corona, Biblioteca Lucília Minssen, Espaço Maurício Roseblatt, Sala Norberto Lubisco, Sala Radamés Gnattali, Galeria Sotero Cosme, Galeria Xico Stockinger, etc. A representação destes espaços pode ser visto na Figura 2.

Figura 2 – Espaços Culturais - CCMQ

Bibliotecas	<ul style="list-style-type: none"> Biblioteca Armando Albuquerque; Biblioteca Erico Veríssimo; Biblioteca Lucília Minssen
Discoteca Natho Henn	<ul style="list-style-type: none"> Auditório Luís Cosme; Espaço Lupicínio Rodrigues; Sala Irmãos Moritz; Sala Radamés Gnattali
Espaço Elis Regina	
Espaço Dioneia Rudiger	
Espaço Romeu Grimaldi	
Espaços Exposição	<ul style="list-style-type: none"> Buraco do Cabaré; Espaço Maurício Rosenblatt; Espaço Vasco Prado; Fotogaleria Virgílio Calegari; Galeria Sotero Cosme – MAC; Galeria Xico Stockinger; Sapato Florido
Espaço Mezanino	
Jardins	<ul style="list-style-type: none"> Jardim Lutzenberger; Jardim Novo
Salas	<ul style="list-style-type: none"> Sala A2B2; C2; C3; Cecy Frank; Claudio Heemann; Augusto Meyer; E4; Hermes Mancilha; Marcos Barreto.
Salas de Cinema	<ul style="list-style-type: none"> Eduardo Hirtz; Norberto Lubisco; Paulo Amorin
Quarto do Poeta	
Teatro	<ul style="list-style-type: none"> Bruno Kiefer; Carlos Carvalho; Travessa dos Cataventos
Estrutura Comercial	<ul style="list-style-type: none"> Arteloja; Bombonière; Café dos Cataventos; Café Santo de Casa; Livraria e Papelaria Kaçula

Fonte: Anajara Carbonell Closs, 2013.

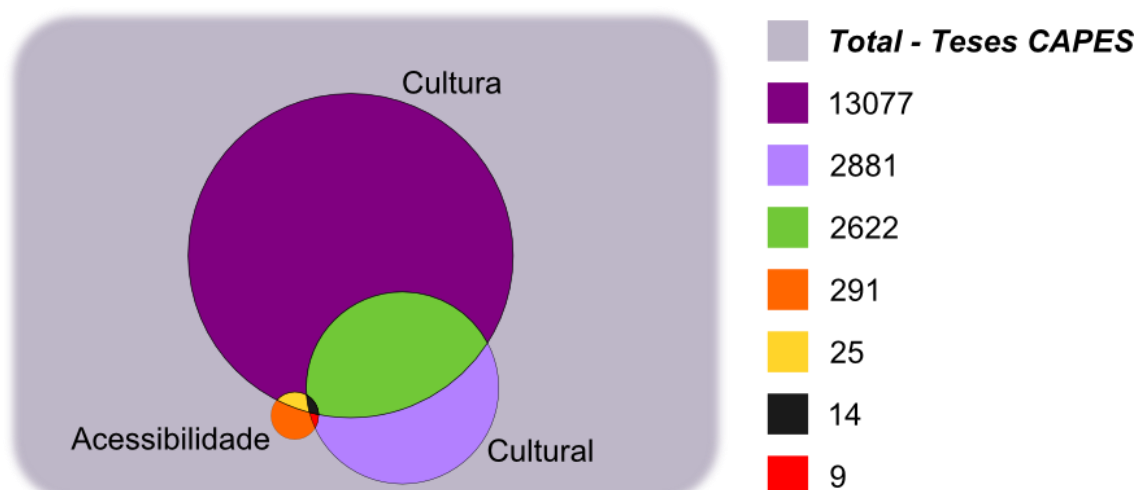
Uma vez identificado o potencial da Casa para o desenvolvimento de uma pesquisa-ação sobre acessibilidade cultural, o próximo passo foi o contato institucional, a Direção. O objetivo foi obter não apenas uma autorização para o processo investigativo, mas o apoio institucional e o engajamento da gestão.

Após alguns telefonemas e identificação do assunto, foi marcada uma reunião para a apresentação da ideia do então projeto de pesquisa para o Diretor daquele espaço cultural, salientando que já havia uma definição da metodologia que seria adotada, uma pesquisa-ação inclusiva, qualitativa e participante. Tal processo daria as condições para uma participação efetiva do usuário/com deficiência, ou seja, na busca de um percurso acessível.

Naquela ocasião, o Diretor relatou que havia uma proposta de reforma e modernização da Casa, incluindo questões relacionadas a acessibilidade e que este tipo de pesquisa seria muito bem-vindo naquela instituição e que poderia servir como um instrumento ou ferramenta de demonstração da importância de se atingir este objetivo; portanto, não haveria nenhum tipo de restrição para o desenvolvimento deste estudo nas dependências da Casa de Cultura Mario Quintana.

Com a autorização devida e um estímulo ainda maior, com a perspectiva de implementação de condições acessíveis, a definição e escolha de gravar um documentário nas dependências da Casa de Cultura Mario Quintana era só uma questão de tempo. Na tentativa de confirmar a relevância do tema pesquisado, um levantamento no Banco de Teses da Capes demonstrou a pouca produção voltada para a área de acessibilidade cultural. Confira o resultado e sua representação na Figura 3.

Figura 3 – Correlação dos assuntos “acessibilidade – cultura – cultural”



Fonte: Anajara Carbonell Closs, 2013.

Considerando que já havia sido dado o pontapé inicial, era premente partir para o momento da produção, gravação e construção de um documentário, que apresentaria propostas possíveis ou não de percursos culturais dentro do espaço cultural da Casa de Cultura Mario Quintana, e assim tinha que ser pensada e montada uma estrutura de assessoria técnica para a confecção e execução do projeto.

Para a estruturação e confecção desta produção, se faz necessário falar sobre essa linguagem cinematográfica – o Documentário – que perpassa o som das palavras e engloba sensações e visualizações estéticas bastante representativas, considerando o tema a ser abordado, segundo Altafini (1999) o documentário normalmente

[...] trabalha com fragmentos de uma realidade, buscando a reflexão e a compreensão aprofundada da questão abordada, deixando para o espectador o papel de relacioná-la com seu contexto histórico, econômico, político, social e cultural. O documentário coloca os próprios vivenciadores de determinada realidade narrando suas impressões e experiências [...] contribuindo como exemplo da complexidade da realidade abordada, permitindo ao espectador suas próprias conclusões. (ALTAFINI, 1999, p.1)

Pode-se dizer que o Documentário é uma ferramenta a serviço de ideais, agindo sobre as condições sociais. Ele cumpre um papel social, neste caso, cultural e educacional, na medida em que as imagens retratam as dificuldades enfrentadas por um segmento excluído, lutando por um reconhecimento, através da Cultura do Acesso.

Levando em consideração a formação na área da comunicação da pesquisadora, contatos pessoais serviram para estruturar as mínimas condições na área técnica e na área de produção e gravação do Documentário. Sendo assim, foram feitos contatos com duas pessoas que seriam responsáveis pelas gravações das imagens – dois câmeras –, além de dois fotógrafos, para que em algumas circunstâncias detalhes fossem retratados de formas diferentes.

A diversidade de equipamentos técnicos para a gravação do Documentário trouxe a possibilidade de obter formatos diferenciados neste ou deste tipo de linguagem cinematográfica, fato que veio referendar parte da estrutura inédita da pesquisa e de sua produção. Uma preocupação recorrente foi em relação à verificação e teste dos equipamentos, que precisavam estar nas melhores condições possíveis a fim de não obstaculizar o processo de investigação. Foi preciso atentar aos detalhes de cada um dos instrumentos técnicos: *spots*, microfones, baterias, fitas, iluminação, resposta de som, etc. Essa infinidade de detalhes garantiu o processo de pesquisa e a qualidade da interação com os sujeitos de pesquisa.

A esse respeito, é interessante notar que não se tinha ideia de onde cada percurso de visitação iria se desenvolver, pois as escolhas seriam feitas a partir do interesse de cada participante. Ou seja: organizar, planejar, verificar e testar o uso dos equipamentos em vários lugares da CCMQ.

Depois de ter o levantamento de necessidades técnicas, estabeleceu-se uma parceria entre as duas pessoas que trabalhariam na captação das imagens e na adequação de sonorização. Uma seria responsável pela filmagem e a outra pelas fotografias. O objetivo foi buscar um outro esquema

de registro das situações de pesquisa. Enfim, imagens em movimento e estáticas iriam compor o levantamento de dados tanto no período de pré-produção quanto no da produção.

A estrutura do documentário foi feita de maneira bastante livre, ou seja, nenhum percurso ou atuação teve a interferência da pesquisadora e da equipe técnica, sendo que todos os registros foram feitos de forma natural, tentando salientar as dificuldades reais encontradas pelas pessoas com deficiência participantes desta pesquisa-ação, através de suas narrativas.

Na medida em que o planejamento começava a ser estruturado, a escolha do “*corpus*” da pesquisa seria o ponto alto para a definição dos outros itens do processo. Segundo Minayo,

Uma pergunta importante neste item é: quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado? A boa seleção dos sujeitos ou casos a serem incluídos no estudo é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões (MINAYO, 2009, p.48).

Com a finalidade de localizar os sujeitos da pesquisa, já definidos como as seguintes deficiências, físicas, auditivas e visuais, segundo os objetivos propostos, foram procuradas algumas entidades representativas de cada grupo. O primeiro contato foi feito através de telefonemas para associações, escolas, ONGs e federações, na intenção de buscar alguém que tivesse em sua bagagem a luta por melhores condições sociais e culturais, facilitando a observação dos espaços citadinos e de cultura.

Após algumas tentativas de contatos para agendar uma visita e explicar o desenvolvimento da pesquisa, essa possibilidade foi-se afastando paulatinamente. Tanto por telefone como por I, a expectativa de ter um representante vinculado àquelas instituições era cada vez mais distante. Na

realidade, não se pôde especificar o motivo das dificuldades em estabelecer parcerias com as instituições. Reuniões e viagens eram apresentadas como justificativas em cada tentativa de aproximação. Ao mesmo tempo, foi possível perceber certa desconfiança ou incredulidade do interesse real de abordar tais assuntos relacionados à questão da deficiência. Esta observação sobre a desmotivação das entidades representativas foi colocada no diário de campo como uma percepção pessoal a ser investigada em pesquisas futuras.

Levando em consideração as dificuldades de reunir um grupo de pessoas com deficiência para o desenvolvimento deste estudo, já que o tempo estava se esgotando, a solução para tal impasse surgiu a partir de sugestões de nomes em função da divulgação tanto da pesquisa em si como do documentário que seria gravado sobre cultura e as possibilidades de acesso. Através do conhecimento pessoal e de indicações feitas por outras pessoas do círculo de amigos, de professores do UNILASALLE e UFRGS foi iniciado o contato com as pessoas com deficiências que acabaram compondo o grupo de sujeitos de pesquisa: duas pessoas com deficiência visual, duas com deficiência auditiva e duas com deficiência física, incluindo a pesquisadora.

Durante o processo de negociação com os futuros sujeitos de pesquisa, a forma mais usual de comunicação se deu através de celular e *email*. Nesse movimento, fez-se necessário levar em conta que cada pessoa possuía suas próprias expectativas e necessidades. Aliás, um dos contatos feitos com uma pessoa com deficiência auditiva acabou não se concretizando pela falta de entendimento dos objetivos do trabalho. Outro contato que se perdeu foi com uma cadeirante grávida. Disposta a fazer parte da pesquisa, ela se viu obrigada a desistir pela condição de risco de sua gravidez – que, por sinal, se desenvolveu normalmente. Por fim, houve o caso de outra cadeirante que dependia do acompanhamento de um de seus familiares devido à fragilidade de seu problema físico. Com ela, não foi possível o agendamento da visita em virtude de incompatibilidades de horários.

Além desses obstáculos pontuais, a pesquisadora enfrentou dificuldades em se comunicar com pessoas da comunidade surda. A alternativa foi adotar uma linguagem objetiva, sucinta, a fim de contornar os transtornos ou constrangimentos de tradução entre as Língua Portuguesa e a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Mesmo assim, perdeu-se o contato com um sujeito de pesquisa com deficiência auditiva, que acabou não participando do Documentário. Um encontro casual entre a pesquisadora e o surdo, após todas as gravações do documentário, serviu para que fosse possível entender o motivo de não ter respondido ao convite para fazer parte da pesquisa: “Não dei bola, pensei que fosse brincadeira e acabei não respondendo”, disse ele.

Enfim, para fazer a proposição de uma agenda e conseguir explicar detalhadamente a ideia da pesquisa e do Documentário, foi necessária uma troca intensa de mensagens eletrônicas. Não foi fácil conciliar os tempos da pesquisa com os das diversas atividades profissionais dos participantes, como, por exemplo, jornalismo, educação, administração, história, educação física, entre outras.

Tampouco foi fácil dar conta das necessidades de acesso de cada um. Onde marcar as reuniões? Como se reconhecer, posto que os contatos foram feitos por meios eletrônicos, sem identificação de imagens? A ideia inicial era fazer uma reunião com todos os participantes, com a perspectiva de explicar a fundamentação da pesquisa-ação e discutir o processo de captação de imagens. Porém, devido às peculiaridades e condições dos componentes da pesquisa, esta ideia foi deixada de lado. Desde então, reuniões particulares foram marcadas, além de combinar com alguns dos participantes de conversar no dia da gravação na Casa de Cultura Mario Quintana.

Desde a comunicação inicial até a efetivação das gravações aconteceram fatos que podem parecer cômicos, mas fazem parte da triste realidade de uma pessoa com deficiência. A fim de destacar essas situações, a seguir são apresentados alguns exemplos em um formato diferenciado: uma caixa de texto com trechos extraídos da conversação:

Ao contatar o cadeirante por telefone, perguntei onde poderíamos nos encontrar para conversarmos a respeito da pesquisa:

“posso ir na tua casa, certamente tens condições de acessibilidade onde moras, né?!” (disse Luiz Fernando)

Esse primeiro exemplo é significativo. Naquele momento, a pesquisadora se deu conta que, apesar de sua deficiência, nunca havia buscado adaptar sua casa para fins de acessibilidade. A solução encontrada, então, foi encontrar com Luiz Fernando de Moraes na sorveteria ao lado. Esta reunião na rua, fora da casa da pesquisadora, é um caso típico de heteronomia que caracteriza o dia a dia de várias pessoas com deficiência, ou seja, a constatação da falta de autonomia.

Outro fato que serviu de aprendizagem durante o processo de preparação e produção dos percursos culturais dentro da CCMQ foi a dificuldade de comunicação com Simone Fontoura – Educadora Física, uma das participantes surdas da pesquisa. Após ter percebido uma certa dificuldade no entendimento da Língua Portuguesa ao responder os emails, principalmente quando estes eram muito extensos, foi necessário estabelecer uma comunicação mais direta, através de uma linguagem bastante objetiva e sucinta. Mesmo assim, após algumas tentativas e de várias dúvidas no ar, Simone Fontoura disponibilizou o número de seu celular para a pesquisadora.

No momento em que recebi o número do telefone, nem parei para pensar, liguei.

“Alô, poderia falar com a Simone ?”

“Tu não sabe que a SIMONE é surda, como é que tu queres que ela fale contigo?” (respondeu)

Engoli a seco e pensei por alguns segundos infindáveis.

“Desculpe, mas foi ela que pediu pra eu ligar, provavelmente porque sabia que alguém atenderia e nos ajudaria a conversar!”

“Ok, o que precisas que eu diga pra ela?” (respondeu a mãe de Simone Fontoura)

Seguindo o relato de alguns fatos ocorridos durante o processo investigativo, uma dúvida surgiu em relação a impressão do Termo de Consentimento Livre Esclarecido. Qual a forma mais adaptada para que os sujeitos da pesquisa com deficiências visuais - com baixa visão - pudessem assinar e ler o seu conteúdo? Um dos participantes, a jornalista e mestre Mariana Baierle, necessitava no mínimo o tamanho 22, Arial Black. Já Felipe Mianes, historiador e doutorando, solicitou pelo menos fonte 18. Levando em consideração que o volume de folhas seria grande, a decisão foi de providenciar a impressão do referido documento em papel tamanho A3. Porém, quando da assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido, ainda era difícil a leitura, situação em que a pesquisadora foi obrigada a ler e indicar onde deveriam assinar, pois suas letras estavam saindo das margens.

“Coloca a mão em cima de onde devo assinar e vai seguindo pela linha, assim fica mais fácil pra mim” (disse Mariana Baierle)

“Manda por email depois pra eu ler melhor, espero que seja o modelo padrão do Termo” (salientou Felipe Mianes)

Continuando na trajetória do planejamento do Documentário, outra situação inusitada ocorreu durante a gravação do percurso da Simone Fontoura, com deficiência auditiva. Pesquisadora e entrevistada nunca tinham se visto. Portanto, quando de sua chegada ao local no horário combinado, não sabia como identificá-la. A abordagem se deu, enfim, por troca de mensagens de telefone celular:

*“Sou morena e alta e magra cabelo preto comprido.
Risossss” (Simone Fontoura)*

Estás aqui? Onde? Vou te achar!

Essas situações curiosas dão o tom do processo de organização, planejamento e de execução da pesquisa-ação. Elas não devem ser lidas como anedotas, mas como pequenas demonstrações dos percalços que qualquer pessoa pode experimentar ao participar de um contexto cultural que lhe é estranho. Em outras palavras, os contratemplos e enganos da pesquisadora

são uma amostra de como a diversidade cultural das experiências de vida de pessoas com deficiência não se enquadram no cotidiano da maior parte dos cidadãos. Sendo assim, esse processo de pesquisa-ação tornou-se a oportunidade de diversas pessoas com deficiência serem chamadas e ouvidas, além de terem condições de falar sobre a falta de percepção e de reconhecimento pelas diferenças, tendo como resultado o descaso ao exercício de uma plena cidadania social e cultural. Onde a construção de uma rampa ou meio metro de piso tátil não passa de mera continuação de atitudes reparativas e da não efetivação da acessibilidade universal e de uma nova postura atitudinal daqueles que fazem questão de manter uma hierarquia cultural, deixando as pessoas com alguma deficiência subjugadas a uma situação de submissão pela falta de autonomia e, conseqüentemente, sem a Cultura do Acesso.

Apesar dos percalços e hesitações, o processo de pesquisa se desdobrou conforme uma agenda estruturada e segundo o planejamento inicial. A Tabela 2 passou por várias mudanças e borrões até conseguir ser concretizada, quer dizer, os contratempos e as dificuldades dos participantes e da pesquisadora foram apenas alguns dos diversos fatores de impedimento vividos por pessoas que são estigmatizadas no seu dia a dia.

Tabela 2 – Agendamento das visitas e gravação dos percursos

Participantes	Deficiência	Horário
1º Anajara Carbonell Closs	Física – mobilidade reduzida	Manhã/Tarde
2º Felipe Mianes	Visual – baixa visão	Tarde
3ª Luiz Fernando de Moraes	Física – cadeirante	Tarde
4º Mariana Baierle	Visual – baixa visão	Manhã
5º Simone Fontoura	Auditiva – oralizada	Tarde

Fonte: Anajara Carbonell Closs, 2013.

Conforme a agenda, iniciaram-se as visitas. A primeira pessoa a participar foi a própria pesquisadora. Nesse caso, vários percursos foram delineados a fim de abranger todos os espaços da Casa. Entre as justificativas para esse ensaio inicial, havia a necessidade de antecipar dificuldades técnicas para a realização do documentário (condições de captação de som e imagem, transições, tomadas, planos, etc.) e, ao mesmo tempo, partir de um ponto de vista próprio a partir de uma condição de mobilidade reduzida. Assim, a pesquisadora levantou aspectos da Casa relacionados às suas próprias dificuldades. Um processo de familiarização que, conforme lembra Gilberto Velho (1997), faz parte da construção social da realidade de pesquisa.

Logo, sendo o pesquisador membro da sociedade, coloca-se, inevitavelmente, a questão de seu lugar e de suas possibilidades de relativizá-lo ou transcendê-lo e poder “pôr-se no lugar do outro”. (VELHO, 1997, p.127)

É exatamente assim, colocando-se no lugar do outro, sentindo e pensando como aquela outra pessoa que não está dentro do nosso dia a dia, é que se consegue estabelecer uma sensibilidade para a diversidade de situações encaradas por inúmeros segmentos que buscam a Cultura do Acesso. Ao se familiarizar com cenários e situações da CCMQ, a pesquisadora pôde se posicionar e começar a estabelecer as bases de sua reflexão sobre o ponto de vista dos sujeitos da pesquisa.

Durante essa visitação inicial pelos diferentes corredores e andares da Casa de Cultura, foram percebidas várias condições de acessibilidade e inacessibilidade. Para que os espaços culturais possam proporcionar um processo de inclusão social, dentro da perspectiva dessa pesquisa, é necessário um bom entendimento do chamamos aqui de Cultura do Acesso, ou seja, desenvolver naturalmente ações para que o ato de acessar os espaços culturais não seja vinculado a um ato de dependência, e para que

isso seja possível Cardoso e Cuty (orgs.) (2012) apontam algumas estratégias de ações:

- Linguagem expositiva: formas de representação inclusivas e sensoriais;
 - Informação: conteúdos diretos e claros, que possam ser percebidos de forma multimodal;
 - Mediação e comunicação: formas alternativas de transmissão e compartilhamento de conceitos e conteúdos que incentivem maneiras diferentes de fruição e comunicação;
 - Recepção de visitantes: eliminação de preconceitos e barreiras atitudinais para proporcionar o acolhimento.
- (SARRAF, 2012, p.63)

Alguns espaços mostraram-se plenamente adequados (quase inexistentes), outros adaptados ou adaptáveis. Na maioria dos casos, porém, os espaços colocavam-se na categoria “adaptado”. Essa é a situação da entrada de um dos cinemas, onde se encontra atualmente uma rampa móvel. Rampa, aliás, que só foi instalada após a equipe de filmagem passar pelas dependências.

A existência de uma rampa ou de um elevador já permite afirmar, na quase totalidade das vezes, que uma instituição é acessível. Acessibilidade como qualidade que respeita o direito de todos [...] com os seus conteúdos e o uso dos seus diversos elementos reduz-se, majoritariamente, à existência de uma rampa ou de um elevador. Mesmo que essa rampa ou esse elevador estejam em desacordo com os detalhes explicitados nas normativas; mesmo que todas as demais exigências legais não tenham sido contempladas; mesmo deixando de lado o olhar do senso comum e ouvindo observações profissionais, nunca foram lembrados o braile, a libras, a audiodescrição ou o piso tátil, só para ficar em alguns exemplos. (LICHT, 2012, p.95)

Aliás, a pesquisa não deixou de mobilizar novas situações de adaptação. Quando se iniciou o contato com a CCMQ, por exemplo, a única possibilidade de acesso era uma pequena rampa em um canto de uma das entradas da Casa. Após algumas idas e vindas e conversas com a Direção,

pode-se ver uma transformação acontecendo, conforme mostram as Fotos 4 e 5:

Foto 4 – Pequena rampa inicial



Foto: Helenice Christaldo, 2012.

Foto 5 – Construção e finalização de nova rampa



Fonte: Casa de Cultura Mario Quintana, 2013.

Voltando à visita inicial da Casa de Cultura feita pela pesquisadora, vale ressaltar os olhares e expressões de interrogação e perplexidade que acompanharam a trajetória. Uma mostra da falta de costume com o que escapa ao cotidiano, quer seja a cadeira de rodas da pesquisadora ou a equipe de

filmagem que a acompanhava. Ora, a efetivação do direito ao acesso passa também pela sensibilização. Quando há pessoas que não possuem treinamento ou ignoram como lidar com uma pessoa com deficiência, isso pode ser um sintoma de uma cultura que não prima pela acessibilidade e pelo reconhecimento social das diferenças.

Estas circunstâncias culturais mais amplas estão diretamente relacionadas às imagens gravadas durante os diferentes percursos de busca pela acessibilidade cultural na CCMQ. A fim de sensibilizar o leitor em relação às minúcias dos obstáculos vividos por cada um, são apresentadas algumas narrativas, situações e cenas que, novamente, dão o tom do processo investigativo.

Primeira cena: Felipe Mianes, deficiente visual com baixa visão, chega à CCMQ e declara:

“eu quero ir ao cinema e agora vamos ver como eu vou conseguir chegar até lá. Porque pra começar, já não tem nenhuma indicação de onde é a recepção pra eu poder perguntar pra alguém. O ideal seria que eu nem precisasse perguntar”.

(Felipe Mianes)

Um primeiro obstáculo de uma pessoa cega ou com baixa visão em um ambiente cultural costuma ser a falta de sinalização adequada. A inexistência de uma apresentação legível de informações básicas, no sentido de orientar onde estão os espaços culturais, dificulta desde o início as condições de acesso. Efetivamente, Felipe Mianes procurou sistematicamente indicações, placas, sinalizações que fossem suficientes para que chegasse ao seu destino na CCMQ.

Além disso, destacou a dificuldade de caminhar nas pedrinhas portuguesas da entrada e entre as vigas colocadas para sustentação dos tapumes de reforma, situação demonstrada na Foto 6.

Foto 6 – Identificação de obstáculos



Fonte: Foto Documentário, 2013.

“[...] começo a perceber que o prédio está em reforma, portanto têm umas vigas ou sei lá eu o nome que se dá pra isso, mas é obstáculo [...] o chão é de pedras portuguesas, então é um pouco irregular mesmo de tal forma que complica um pouco a circulação ao menos pra mim [...]”

(Felipe Mianes)

A inadequação do chão com pedras portuguesas foi constatada por todos os sujeitos de pesquisa. Trata-se de uma condição de acesso elementar, regulamentada pelo IPHAN através de sua Instrução Normativa n.1 (BRASIL, 2003). Em termos simples, a Instrução estabelece que a acessibilidade deve ser oferecida de forma segura, autônoma, sem que tenha qualquer tipo de

obstáculo, limitando o acesso aos espaços. Isso inclui pisos, sinalização de vigas e tapumes em caso de restauro ou reforma, etc.

“Não é só na CCMQ, mas em qualquer outro ambiente cultural de Porto Alegre, é um pouco decepcionante chegar e ver que eles não são acessíveis.”

“A questão é que chegar já é difícil porque não há indicação do lugar com letras que sejam razoavelmente acessíveis, o piso já é complicado, não é um piso tátil”.

“É bem complicada essa coisa de acesso porque é realmente tudo inacessível”

(Felipe Mianes)

Apesar do piso e dos obstáculos, Felipe Mianes conseguiu chegar ao seu destino, o cinema. Porém, teve dificuldades em descobrir quais eram os filmes: as informações nos cartazes estavam em caracteres pequenos, conforme Foto 7.

Foto 7 – Tentativa de buscar informações



Fonte: Foto Documentário, 2013.

As dificuldades enfrentadas por Felipe Mianes são um primeiro indicativo da carência de uma cultura do acesso em ambientes culturais, como a CCMQ ou na sociedade como um todo. Como ele mesmo indica, não adianta ter alguém disponível para ajudar, é preciso ter autonomia: “se não houver autonomia, não há acessibilidade, de jeito nenhum, não são coisas que caminhem separados”. Uma autonomia que depende, antes de tudo, do reconhecimento de diferenças culturais que são transversais às experiências de deficiência.

“O constrangimento que a gente passa pela falta de acesso é o que causa, às vezes, a ideia de não ir ao local [...] Vou estar atrapalhando alguém, quando na verdade quem tem de se preocupar com isso é o espaço, os gestores do espaço, não eu. Porque acessibilidade hoje ainda é vista como uma coisa secundária, além de sensibilizar o público é sensibilizar os produtores culturais.”

(Felipe Mianes)

Um ponto de vista semelhante aparece com Luiz Fernando de Moraes, deficiente físico, cadeirante, formado em Administração, que optou por traçar seu percurso na direção da Galeria Xico Stockinger, localizada no 3º andar da Casa de Cultura Mario Quintana. A decisão de visitar este espaço foi baseada no fato de existir um elevador para cadeirantes na galeria.

“O poder público precisa olhar pra esse lado e desenvolver esse conceito de design universal, que não é tão difícil assim, como disse antes. Para eu ir a busca de um espaço cultural, eu que já passei tudo na vida, que já sofri demais. Portanto, hoje, eu busco e vivo pra o bem-estar.”

(Luiz Fernando)

Em seu percurso, Luiz Fernando se posicionou para entrar no elevador para cadeirantes, chamando a atenção para uma placa de sinalização que dizia para chamar os seguranças quando da utilização do equipamento móvel. Porém, essa hipótese foi descartada, na medida em que não havia nenhuma segurança perto da Galeria Xico Stockinger.

Após não encontrar quem pudesse ajudá-lo, Luiz Fernando resolveu entrar e descer até o nível da exposição, contudo foi impedido de sair do elevador porque havia um objeto posicionado atrás da porta não permitindo sua abertura total, conforme nos mostra as Fotos 8 e 9.

Fotos 8 – O retrato de uma frustração (1)



Fonte: Foto Documentário, 2013.

Foto 9 – O retrato da frustração (2)



Fonte: Foto Documentário, 2013.

Essa situação demonstra a falta de sensibilidade, percepção e treinamento dos gestores culturais e de todas as pessoas envolvidas na produção e na organização de um evento cultural, na medida em que um objeto que está sobrando é justamente colocado no local que impede a passagem daqueles que possuem algum tipo de deficiência física, com mobilidade reduzida, cadeirante ou simplesmente pessoas idosas com dificuldade de locomoção ou dificuldades temporárias. Naquele local de exposição, pode-se perceber um processo dicotômico – inclusão – por meio de um elevador; exclusão – o posicionamento do objeto, caracterizando uma falta de visão e tolerância às diferenças.

As barreiras atitudinais são o principal desafio a ser superado para viabilizar definitivamente a acessibilidade em espaços culturais. Dentro dos conceitos de inclusão social,

as barreiras [...] podem ser entendidas como os preconceitos sociais em relação a um indivíduo [...] (SARRAF, 2012, p.72)

Na medida em que se consegue sensibilizar e transformar as atitudes de negação e de intolerância, as pessoas passam a pensar na Cultura do Acesso, onde as diferenças fazem parte do todo.

Ainda no percurso de Luiz Fernando, outra situação *sui generis* aconteceu. Depois de algum tempo tentando passear na Galeria, ele precisou ir ao banheiro. Eis que, em uma estrutura de sete andares, existe só um banheiro. Localizado no 2º andar, o banheiro conta com uma rampa de acesso. Ainda assim, o participante se viu obrigado a pedir ajuda para subir a rampa, construída de forma inadequada.

Politizado e ciente de seus direitos, Luiz Fernando destacou a necessidade do “desenho universal”.⁸ É a partir de relações com um ambiente amigável que acessibilidade e autonomia se relacionam. É o desenho universal que favorece o acesso de todas as pessoas aos mais diferentes locais e espaços. Um acesso com independência e de acordo com os direitos civis, sociais e culturais.

Quando Mariana Baierle se apresentou para montar seu percurso de visitação, a problemática da autonomia se expôs ainda mais. Com deficiência visual, ela quis conhecer a Biblioteca Érico Veríssimo, além do setor de Braille da Biblioteca Pública, que há sete anos se encontra nas dependências da Casa de Cultura Mario Quintana. No caminho, manuseando a bengala com maestria, consegue desviar de vários tipos de obstáculos, como mesas, cadeiras, lixeiras, colunas arquitetônicas e vasos de plantas. Porém, ela se enganou no momento de escolher o prédio da biblioteca – o que se explica pela inadequação da sinalização.

⁸ O desenho universal “[...] trata das relações entre o ambiente construído e os seus usuários, com o objetivo de produzir conhecimento sobre estas relações de maneira a ser utilizado como base para intervenções físicas destinadas a qualificar a vida urbana.” (REIS; LAY, 2010, p. 105)

“Cheguei de elevador até aqui e não tinha ascensorista e nem braile. Nem em letras maiores e isso acontece na maioria dos elevadores que estou acostumada a passar.

Agora vou procurar a biblioteca, até aqui foi complicado!”

(Mariana Baierle)

Não obstante a escolha equivocada do prédio, a mestre em Educação, Mariana Baierle, conseguiu acessar a biblioteca. Começou a procurar alguns tipos de livros que pudesse enxergar. Disse já desconfiar de que seriam poucos os exemplares que se enquadrariam dentro de sua visão peculiar. Mas a dificuldade maior foi na identificação das prateleiras (Foto 10). Seria necessária uma impressão com letras grandes e com um bom contraste de cores, mas não era o caso. Outra alternativa seria a lupa eletrônica, aparelho que facilita a leitura, oferecido em algumas bibliotecas. Mas, novamente, Mariana não conseguiu o que queria.

“O grande problema das bibliotecas é o atendimento, não ter ninguém pra te orientar, nem ter uma lupa eletrônica, porque daí se leria qualquer livro, qualquer revista com segurança e autonomia!”

(Mariana Baierle)

Foto 10 – Leitura inacessível



Fonte: Foto Documentário, 2013.

Depois de sair da Biblioteca sem conseguir ler nenhuma obra, Mariana dirigiu-se para o Setor de Braille. Após passar alguns minutos tentando se localizar, ela descobre que o setor não se encontrava em condições de atendimento, nem para o alcance dos livros em braille e muito menos os audiolivros.

Tal como nos casos de Felipe e Luiz Fernando, o percurso de Mariana Baielerle suscitou a questão de autonomia. Trouxe, ainda, uma reflexão sobre a segurança, posto que ela identificou alguns obstáculos perigosos, não sinalizados adequadamente. Se é possível dizer que as possibilidades de acesso aos espaços culturais estão diretamente ligadas ao exercício pleno da cidadania, no sentido de uma fruição de saberes inerente a uma busca cultural, seja como espectador ou produtor dessa cultura, elas também colocam em jogo o bem-estar e a integridade física de algumas pessoas. Na Foto 11,

Mariana aparece ultrapassando alguns obstáculos para encontrar a recepção da CCMQ.

Foto 11 – A caminho da leitura



Fonte: Foto Documentário, 2013.

O último caso de percurso de busca pela acessibilidade cultural na CCMQ foi protagonizado por Simone Fontoura. Surda, a compreensão plena de suas ideias e de seu ponto de vista sobre a Casa dependia do suporte de um(a) tradutor(a) ou intérprete. Vale ressaltar que, além de oralizada, Simone Fontoura conhecia um pouco de leitura labial. Contudo, este fato não simplificou a dificuldade encontrada pela pesquisadora na hora da comunicação com a participante. Por outro lado, suas especificidades trouxeram nova luz para as reflexões sobre a acessibilidade em ambientes culturais.

Ao iniciar o seu caminho pela CCMQ, Simone dirigiu-se à recepção. Porém, não havia ninguém ali. Sendo assim, a professora de Educação Física

resolveu perguntar para a ascensorista se havia alguém que pudesse lhe dar alguma informação, conforme mostra a Foto 12. As dificuldades de comunicação impediram, novamente, uma primeira descoberta de espaços e atividades culturais disponíveis na Casa. Por outro lado, a situação indicou o quanto ainda é preciso trabalhar e investir na capacitação das equipes da Casa, sejam de recepcionistas ou ascensoristas.

Foto 12 – Perguntas sem respostas



Fonte: Foto Documentário, 2013.

Após suas primeiras tentativas, Simone Fontoura seguiu para o cinema. Lá, assim como Felipe Mianes, obstáculos se impuseram. Nesse caso, o problema não foram os cartazes, mas a falta de preparo da funcionária da bilheteria. Como se poderia esperar, ela não tinha experiência com pessoas da comunidade surda nem, tampouco, com a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), Foto 13.

Foto 13 – A incompreensão



Fonte: Foto Documentário, 2013.

Considerando que a língua de sinais não é uma forma de comunicação muito conhecida e nem difundida, as dificuldades se tornam ainda maiores. Sobre isso Quadros (1997) destaca:

[...] pensar sobre surdez requer penetrar no “mundo dos surdos e ouvir” as mãos que, com alguns movimentos nos dizem o que fazer para tornar possível o contato [...] requer conhecer a “língua de sinais”. (QUADROS, 1997, p.119)

Depois de várias tentativas frustradas de interação cultural, Simone passou por um grupo de jovens que dançava nos corredores da CCMQ. Neste momento, ela parou, observou e demonstrou, através de gestos, a sua vontade

de perceber a música. A tradutora que nos acompanhava explicou a situação para os dançarinos, que aumentaram o volume da música. Então, Simone se aproximou do aparelho de som e, sentindo a vibração, sorriu. Esta imagem está retratada na Foto 14.

Foto 14 – A interação é possível



Fonte: Foto Documentário, 2013.

“Os surdos gostam de dançar e dançam através da vibração do som. Fui bailarina, há muito tempo, na Alemanha. Eu e uma turma de surdos.”

(Simone Fontoura)

Ao final de seu percurso, Simone Fontoura reafirmou a grande dificuldade de compreensão da LIBRAS pela maior parte da população brasileira. Vale lembrar que a LIBRAS é língua oficial no País. Esse fator de desconhecimento traz consigo a necessidade de lutar pelo reconhecimento da cultura surda e de suas formas de expressão no Brasil. Uma das reivindicações desta comunidade é a criação e a aprovação legal das escolas bilíngues.

Cabe aqui levantar novamente a relação da cultura como um sistema de significados. É a partir dessa perspectiva que se pode trabalhar por novos sentidos das experiências singulares de pessoas com deficiência. A partir delas, abrem-se possibilidades para uma Cultura do Acesso, ou seja, de um universo onde as deficiências sejam lidas e interpretadas não como “faltas”, mas como formas específicas de se viver e estar no mundo. Trata-se de uma nova ordem cultural pautada pela diversidade de linguagens e experiências, onde a acessibilidade não será uma luta, mas uma consequência necessária das formas de reconhecimento recíproco. O resultado disso é a possibilidade das pessoas com deficiência exercerem uma cidadania plena.

Através das gravações e dos diálogos ao longo dos percursos, a metodologia de pesquisa-ação acaba por demonstrar aspectos do cotidiano vivido por pessoas com deficiência em ambientes culturais. Trata-se de uma estratégia que pode sensibilizar diferentes públicos em relação à autonomia e aos direitos culturais.

Ao final do processo de visitas, os participantes foram convidados a rever seus passos e escolhas, bem como as dos colegas que fizeram seus próprios percursos na Casa de Cultura Mario Quintana. Isso foi possível a partir da edição das imagens e da montagem de um vídeo para fins de discussão. Tal proposta caracteriza a metodologia de pesquisa-ação adotada, conforme salienta Thiollent (2008):

[...] um dos principais objetivos dessas propostas consiste em dar aos pesquisadores e grupos de participantes os meios de se tornarem capazes de responder com maior

eficiência aos problemas da situação em que vivem, em participar sob forma de diretrizes de ação transformadora. (THIOLLENT, 2008, p. 10)

A partir desse momento de discussão, surgiram novas colocações a respeito das possibilidades de acesso à cultura, dentro das percepções individualizadas, porém vistas de forma coletiva, conforme mostram as Fotos 15 e 16. Durante a apresentação a pesquisadora salientou que o documentário seria produzido com todas as tecnologias assistivas, como audiodescrição, legendas e libras.

Foto 15 - Apresentação dos percursos



Fonte: Foto Documentário, 2013.

Foto 16 – Atenção redobrada



Fonte: Foto Documentário, 2013.

“Às vezes parece que nós deficientes, somos que nem pombos, por que estão sempre nos jogando migalhas e acham que vamos nos contentar com isso?”
“Não existe lugar meio acessível, ele só é acessível quando for plenamente acessível.”
(Felipe Mianes)

“[...] a gente fica meio impactada com a forma como foi construída a narrativa. [...] é impressionante quando se vê a história de cinco pessoas, narrando e vivenciando ali na prática, todas as dificuldades.

Eu espero que realmente este documentário circule e chame a atenção tanto dos gestores da CCMQ quanto da cidade de Porto Alegre, porque estes problemas não são só da Casa de Cultura, estão por toda a parte.”

(Mariana Baierle)

“O que eu percebo é que muita gente não se dá conta que têm pessoas com deficiência mostrando isso na prática, fazendo, produzindo, roteirizando e atuando, como nessas narrativas, porque são narrativas das pessoas.”

“Eu acho que quando se mostra, fica muito mais claro!

Porque uma coisa é ir alguém que não tem deficiência e dizer:

– aqui não tem uma rampa: – aqui não tem piso tátil!

A outra é ter alguém com bengala mostrando que, se não fosse avisada, iria bater com a cabeça na escada.”

(Felipe Mianes)

“Olha, se eu pudesse quantificar o que eu vi aqui, diria que de 0 a 100% não chegou a 50% na questão da acessibilidade.”

“Talvez seja uma visão muito crítica, mas temos que ser assim!”

“Como já havia falado, se perguntar para uma pessoa com deficiência como é que se deve proceder, acho que fica bem mais fácil de entender!”

(Luiz Fernando de Moraes)

“A partir do momento em que as diferenças forem aceitas e inseridas no cotidiano da sociedade, naturalmente a Cultura do Acesso se estabelecerá.”

“Acessibilidade é tudo! É como ter cidadania plena!”

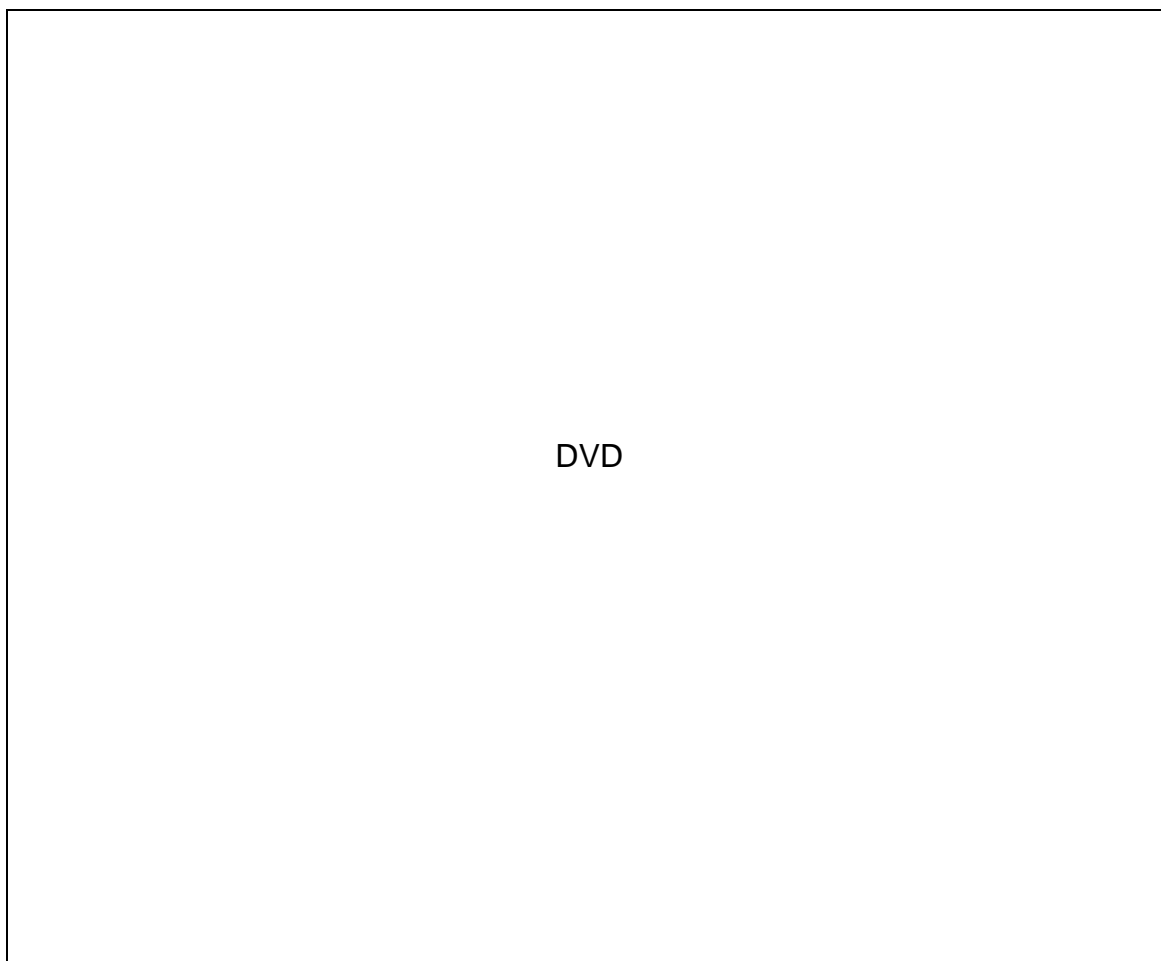
(Anajara Carbonell Closs)

Depois de assistirem suas participações no documentário, os integrantes do *corpus* da pesquisa registraram seu descontentamento com a ausência do Diretor da Casa de Cultura Mario Quintana, que foi convidado a participar e

justificou sua falta para a pesquisadora. A ideia era de provocar um posicionamento em relação à implantação de estruturas acessíveis dentro dos espaços culturais e de questionar algumas falhas encontradas pelas pessoas com deficiência na busca de trilhar um percurso acessível naquele espaço cultural. Porém, em função da não participação do gestor, essas hipóteses levantadas ficaram sem repostas efetivas, apenas a vontade de que tudo fosse realmente concretizado, na medida em que a Casa de Cultura Mario Quintana recebeu uma verba para completar e complementar a reforma de suas estruturas, tendo, segundo palavras da Direção, a possibilidade de modernizar e melhor oferecer as condições de acessibilidade.

Para além da sensação de impotência, surgiu a satisfação pelo que estava sendo assistido. Várias declarações foram feitas a esse respeito, principalmente em relação à divulgação do documentário e de sua importância para que mais pessoas entendam sobre a busca pela autonomia e pelos direitos culturais. Algumas questões foram levantadas para que, além das pessoas com deficiência, o público em geral comece a pensar no que é a Cultura do Acesso e quais as posturas atitudinais necessárias para que isso se torne uma realidade. Em relação a isso, cada um dos sujeitos da pesquisa resumiu sua percepção do que é necessário: conhecimento – conhecer as diferenças e aceitá-las; percepção e treinamento – pessoas que trabalham em espaços culturais devem perceber essas diversidades e devem ser treinadas para atenderem um público específico; sensibilidade – os gestores culturais devem ser sensíveis às necessidades deste segmento; direito – fazer com que todas as leis relativas às questões de acesso sejam cumpridas; cidadania – acessibilidade é uma questão de poder exercer o direito de ir e vir, como qualquer cidadão; autonomia – poder acessar os espaços culturais autonomamente.

4 O Documentário - DVD



5 CONCLUSÕES

É um desafio falar em conclusão sobre o tema acessibilidade. Muitas mudanças e avanços sociais e culturais ainda precisam ser feitos dentro de nossas cidades. Precisa-se, sobretudo, de novas posturas, hábitos, valores e crenças. É a partir delas que será possível superar as condições de acesso precárias ou inexistentes vividas pelos participantes não apenas ao longo da pesquisa-ação, mas em seu dia a dia.

Ao término dessa trajetória, destaca-se que foram inúmeros os obstáculos enfrentados na Casa de Cultura Mario Quintana. Por um lado, trata-se de um centro cultural que não atende às necessidades elementares de acesso universal. Por outro, vale ressaltar a abertura e apoio à pesquisa, interpretados aqui como sinais positivos de uma gestão interessada em aprimorar as condições de acessibilidade da Casa.

Dentro desta perspectiva, surge a possibilidade de uma ampliação das relações de trocas de experiências e de reconhecimentos recíprocos. Uma ampliação que pode garantir bases mais sólidas para a participação efetiva de pessoas com deficiência em políticas públicas, programas institucionais e ações específicas. Ao que tudo indica, esse é o caminho seguro para a concretização do lema **Nada sobre Nós sem Nós!**.⁹ Ou seja do caráter incontornável da participação de pessoas com deficiência na elaboração e na execução de ações voltadas à acessibilidade cultural e/ou universal.

Quando pensada pelo viés da Cultura do Acesso e da participação efetiva de pessoas com deficiência, a acessibilidade cultural dialoga com os valores de autonomia e de reconhecimento social da diversidade cultural. Na medida em que as deficiências são vistas como diferenças e inseridas no cotidiano sociocultural, a acessibilidade perpassa uma questão de

⁹ Dizeres usados no Dia Internacional da Pessoa com Deficiência no ano de 2004. O dia consagrado com este lema é 03 de dezembro. (OFICINA NACIONAL DE INDICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, 2008)

reivindicação ou uma prerrogativa de políticas públicas e se estabelece por meio da sensibilização e da percepção de cidadãos que constroem a Cultura do Acesso.

O fato de poder chamar a atenção para a falta de condições mínimas para exercer um direito básico, de ir e vir, já é um ganho nessa luta infindável pelo reconhecimento social. É preciso “contagiar” os gestores públicos e culturais para que a cada dia se possa inserir a Cultura do Acesso no cotidiano citadino, transformando a falta de acolhimento e a inexistência de treinamento das pessoas, em estruturas universais, tanto no âmbito atitudinal como espacial, onde rampas, pisos táteis e outras tecnologias não sejam parte de um simples cumprimento de lei, mas de um pensamento cultural acessível.

Todos os mais de 60 milhões de brasileiros com alguma deficiência merecem e têm o direito de produzir, usufruir e protagonizar a cultura. Mas, para isso acontecer, é preciso que esta parte da população não seja vista à parte. É preciso que ela seja atuante, presente, incluída e respeitada em suas peculiaridades e suas diferenças. A Cultura do Acesso não se resolve com práticas reparativas – ainda que essas possam, em determinadas circunstâncias, favorecer o acesso a direitos elementares. Ela se impõe como condição necessária para que toda adequação ou adaptação de espaços culturais deixe de ser um dever e passe a constituir as reflexões mais fundamentais sobre o que significa ser cidadão, um frequentador de equipamentos culturais, um produtor cultural, um artista, um gestor cultural, etc.

Portanto, ao se concluir este percurso de pesquisa-ação, o que se coloca como mais evidente é, também, o que é mais urgente: pensar a acessibilidade para além de rampas; as deficiências, para além de faltas e ausências; e a cultura, para além da estética e de sua incondicionalidade. Nesse universo hipotético, a acessibilidade, as deficiências e a própria cultura serão compreendidas e experimentadas como formas específicas de se viver e estar no mundo. Dito de outra maneira, se pensada em termos de Cultura de Acesso, as ambiências e vivências, fruição e produção culturais podem se

pautar pela diversidade de linguagens e experiências. E, sob esse ponto de vista, a acessibilidade universal deixará de ser uma luta cotidiana pela autonomia e pelo reconhecimento recíproco para tornar-se uma consequência necessária de uma visão de mundo compartilhada, inclusiva e cidadã.

REFERÊNCIAS

- ALTAFINI, Thiago. Cinema documentário brasileiro: evolução histórica da linguagem. **Revista de Recensões de Comunicação e Cultura**. Ano 1999. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/Altafini-thiago-Cinema-Documentario-Brasileiro.html>. Acesso em 20 jun. 2013.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbanos**: procedimentos; ABNT NBR 9050. Rio de Janeiro: ABNT, 1994.
- BAUMANN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BRASIL. **Decreto Legislativo nº 186**, de 2008. Brasília: Senado Federal, 2008. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/99423>. Acesso em: 13 ago. 2012.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Instrução Normativa n. 1**, novembro 2003. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12250&sigla=Legislacao&retorno=detalheLegislacao>. Acesso em: 3 fev. 2012.
- CARDOSO, Eduardo; CUTY, Jeniffer (orgs.). **Acessibilidade em ambientes culturais**. Porto Alegre: Marca Visual, 2012.
- CASA DE CULTURA MARIO QUINTANA. **[Site Oficial.]** Porto Alegre: CCMQ, 2012. Disponível em: <http://www.ccmq.com.br>. Acesso em: 13 ago. 2012.
- CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: ____ . **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ, 1997. p. 15-46.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 19.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural**: o direito à cultura. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; BRASILEIRO, Alice de Barros Horizonte. Acessibilidade e patrimônio: uma difícil relação. In:

CARDOSO, Eduardo; CUTY, Jeniffer (orgs.). **Acessibilidade em ambientes culturais**. Porto Alegre: Marca Visual, 2012.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 2002.

DECLARAÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. 1948.

FERNANDES, Idília. A diversidade da condição humana e a deficiência do conhecimento no convívio com as diferenças e as singularidades individuais. **Texto & Contextos**, Porto Alegre, v.2, n.1, 2003.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GRÓF, Gabriel Lohner. Além das palavras: considerações histórico-metodológicas para a abordagem do filme Baraka. **Revista Anagrama**, v. 1, n.3, 3 mar./maio, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Cidadania e direitos culturais. **Katálysis**, v. 8, n. 1, p. 15-23, fev. 2005.

GRAEFF; FERANDES; CLOSS. Acessibilidade em ambientes culturais: explorando o potencial ético do Plano Nacional de Cultura. **Revista Ser Social**, 2013.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HONNET, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. 2.ed. São Paulo: Ed. 34, 2009.

IBGE. Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião. In: _____. **[Site oficial]** Brasília, 2012. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2170&id_pagina=1. Acesso em: 1º jul. 2012.

LICHT, Flávia Boni. Acessibilidade e cultura. Por que sim? Por que não? In: CARDOSO, Eduardo; CUTY, Jeniffer (orgs.). **Acessibilidade em ambientes culturais**. Porto Alegre: Marca Visual, 2012.

- MINAYO, Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- OFICINA NACIONAL DE INDICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS PARA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. **Nada sobre nós sem nós**. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2009. 124p.
- PRADO, Adriana R. de Almeida; LOPES, Maria Elisabete; ORNSTEIN, Sheila Walbe (orgs.) **Desenho universal**: caminhos da acessibilidade no Brasil. São Paulo: Annablume, 2010.
- QUADROS, R. M. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- REIS, Antônio Tarcísio da Luz; LAY, Maria Cristina Dias. Percepção e análise dos espaços – desenho universal. In: PRADO, Adriana R. de Almeida; LOPES, Maria Elisabete; ORNSTEIN, Sheila Walbe (orgs.). **Desenho universal**: caminhos da acessibilidade no Brasil. São Paulo: Annablume, 2010.
- RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA CULTURA. **[Site]** Porto Alegre: SEDAC, 2012.
- SANTOS FILHO, Gildo Magalhães dos. Construindo um percurso histórico do desenho universal: a normatização nacional e internacional da acessibilidade. In: PRADO, Adriana R. de Almeida; LOPES, Maria Elisabete; ORNSTEIN, Sheila Walbe (orgs.). **Desenho universal**: caminhos da acessibilidade no Brasil. São Paulo: Annablume, 2010.
- SARRAF, Viviane Panelli. Acessibilidade para pessoas com deficiência em espaços culturais e exposições: inovação no design de espaços, comunicação sensorial e eliminação de barreiras atitudinais. In: CARDOSO, Eduardo; CUTY, Jeniffer (orgs.). **Acessibilidade em ambientes culturais**. Porto Alegre: Marca Visual, 2012.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. Como chamar as pessoas que têm deficiência? **Revista da Sociedade Brasileira de Ostomizados**, v. I, n. 1, p. 8-11, 1º sem. 2003. [Texto atualizado em 2009]
- TEIXEIRA COELHO, José. **Dicionário crítico de políticas culturais**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2008.

TYLOR, Edmund. A ciência da cultura. IN: CASTRO, Celso. **Evolucionismo cultural**: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, p. 67-100.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. **Individualismo e cultura**: notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore; YASBEK, Maria Carmelita (orgs.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ, 2004. p. 17-50.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Modelo tamanho normal do Termo de Consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO DE USO DE IMAGEM E DE DEPOIMENTO

Eu, _____, fui informado de que as informações que estou concedendo serão objeto da pesquisa “Percurso de Acessibilidade na Casa de Cultura Mario Quintana: uma pesquisa-ação inclusiva”, sob a coordenação da Mestranda Anajara Carbonell Closs e do Orientador Prof. Dr. Lucas Graeff do Mestrado em Memória Social e Bens Culturais, vinculado institucionalmente ao Centro Universitário Unilasalle. Fui informado de que o objetivo do trabalho é desenvolver e avaliar as condições de ações de acessibilidade na Casa de Cultura Mario Quintana. Estou ciente da possibilidade do uso de minha imagem nessa produção, que não tem fins lucrativos, de maneira que autorizo a pesquisadora a realizar fotos, vídeos e imagens que se façam necessárias sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Estou ciente ainda de que meu depoimento será gravado em fitas de vídeo, podendo ser finalizado e produzido um documentário como produto final, além de ser transcrito para fins de análise. Recebi informações específicas sobre os procedimentos nos quais estarei envolvido (entrevistas informais e documentação audiovisual) e estou ciente de que não há riscos para minha integridade física e moral. O presente documento foi-me apresentado em duas vias, uma para meu próprio uso e outra para ser arquivada pelo(s) pesquisador(es), as quais assino embaixo após ter esclarecido todas as minhas dúvidas em relação à pesquisa e à minha condição de sujeito desta pesquisa. Faço isso resguardando o meu direito de retirar meu consentimento a qualquer momento sem a necessidade de comunicar-me com o(s) pesquisador(es).

Porto Alegre, ____ de _____ de 2012.

Assinatura do sujeito de pesquisa

Assinatura da pesquisadora

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO DE USO DE IMAGEM E DE DEPOIMENTO

Eu, _____
fui informado de que as
informações que estou
concedendo serão objeto da
pesquisa “Percurso de
Acessibilidade Cultural na Casa de
Cultura Mario Quintana: uma
pesquisa-ação inclusiva”, sob a
coordenação da Mestranda
Anajara Carbonell Closs e do
Orientador Prof. Dr. Lucas Graeff
do Mestrado em Memória Social e
Bens Culturais, vinculado
institucionalmente ao Centro
Universitário Unilasalle.

Fui informado de que o objetivo do trabalho é desenvolver e avaliar as condições de ações de acessibilidade na Casa de Cultura Mario Quintana. Estou ciente da possibilidade do uso de minha imagem nessa produção, que não tem fins lucrativos, de maneira que autorizo a pesquisadora a realizar fotos, vídeos e imagens que se façam necessárias sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Estou ciente ainda de que meu depoimento será gravado em fitas de vídeo, podendo ser finalizado e produzido um documentário como produto final, além de ser transcrito para fins de análise.

Recebi informações específicas sobre os procedimentos nos quais

estarei envolvido (entrevistas informais e documentação audiovisual) e estou ciente de que não há riscos para minha integridade física e moral.

O presente documento foi-me apresentado em duas vias, uma para meu próprio uso e outra para ser arquivada pelo(s) pesquisador(es), as quais assino embaixo após ter esclarecido todas as minhas dúvidas em relação à pesquisa e à minha condição de sujeito desta pesquisa. Faço isso resguardando o meu direito de retirar meu consentimento a qualquer momento sem a necessidade de comunicar-me com o(s) pesquisador(es).

Apêndice 3 – Roteiros executados no Documentário

1ª Cena – Introdução

- Imagens da cidade – identificação de POA – ruas – parques – centro – caminhos que levam até a CCMQ – (acelerar as imagens)
- Imagens que identifiquem obstáculos e problemas para as PcD
- Imagens da Casa – Panorâmica – Torre de cima com a Identificação do Hotel Magestic – descer talvez com as imagens das placas de identificação

2ª Cena – Mariana

- Mariana caminhando na entrada de bengala / corta/ chegando na recepção e perguntando onde fica a Biblioteca
- Tentativa da Mariana de chegar até a Biblioteca (imagem com o nome da Biblioteca e a distribuição dela - talvez)
- Chegando nas prateleiras e tateando, letreiro de baixo e de cima /pega os livros / imagem do livro *Ilusões*/ explicação contraste
- Conversa com a bibliotecária / ênfase na falta de treinamento
- Dica da Mariana das tecnologias braille e lupa eletrônica – imagem de uma lupa aproximando – tipo *zoom* “talvez” /corta pra Bib. Pub.
- Recepção na Bib. Pub. – ênfase na falta de condições de acesso aos livros em braille
- Encerra com algumas frases e imagens de identificação – apresentação

3ª Cena – Luiz Fernando

- Relato da dificuldade de chegar
- Pergunta sobre onde gostaria de ir e se dirigindo rapidamente ao elevador
- Entrada na galeria Xico – imagem da identificação
- Entrando no elevador para cadeirantes / saída com o impedimento/ ênfase para total falta de percepção/ imagem da placa de ajuda dos seguranças/ corta

- Arrependimento de ter escolhido a galeria por falta de estrutura – calor
- Subida no elevador / corta / necessidade de ir ao banheiro
- Acelerar imagem até o elevador/ explicação da rampa/ acelera para o pedido de ajuda/ corta/ explicação da pia/ saída
- Entrevista – discussão legislação – identificação

4ª Cena – Simone

- Imagens várias em silêncio / corta / sons misturados sem conseguir entender/ textos variados / língua de sinais
- Texto explicando que a Simone é surda e terá acompanhamento de tradutoras de sinais – ex-colegas e professoras que não são intérpretes
- Simone chegando na recepção e não encontrando ninguém, olhando os folhetos/ ênfase para falta de infraestrutura – *zoom* em algum folheto /corta o som
- Simone perguntando para ascensorista – sem som – resposta da intérprete
- Chegando na bilheteria do cinema – imagem de identificação – ênfase na falta de entendimento/comunicação / corta /
- Imagem do painel de entrada – explicação da importância dos sinais / corta / voz da intérprete dizendo que o surdo é visual
- Indo pra exposição / acelera a visita – ênfase na falta de condições e informações/ identificação do MACRS
- Simone chegando nos dançarinos / corta / mão no rádio – ênfase na sensação e vibração do som / corta
- Explicando que a Simone foi bailarina e se apresentou na Alemanha
- Trechos entrevistas com imagens sem sons / identificação surda

5ª Cena – Felipe

- Na entrada da Casa, na calçada dizendo que gostaria de ir ao cinema e que não sabe onde é e nem como chegar
- Caminhando rapidamente atrás de informação / corta /

- Na caminhada – imagens da falta de estrutura – como ele está dizendo como o piso de pedras portuguesas (perigo) – ausência de placas informativas nem grandes e nem pequenas
- Conversa com o recepcionista – ênfase na falta de jeito para tratar as pessoas com deficiência /corta / acelera para a entrada do cinema
- Espera na sala do cinema – ênfase falta de informações e confusão
- Inspeção da sala e explicações – imagens da sala de frente e de lado – espaço das cadeiras
- Felipe chegando no mural com a programação do cinema em letras pequenas – imagens de placas ou avisos de vários tamanhos
- Entrevista com cenas relacionadas com o que ele esta falando / audiodescrição / evolução / paixão / identificação.

6ª Cena – Anajara

Visão Geral

- Imagens variadas com as impossibilidades de acesso / corta /
- Cenas bonitas da CCMQ / corta/
- Destaques das passagens e situações boas e ruins / identificação

7ª Cena – Discussão Coletiva

- Imagens do grupo assistindo o documentário / corta /
- Cenas do documentário / corta /
- Imagens dos participantes de frente/ cenas dos diálogos/ corta /
- Imagem da equipe técnica/
- Imagem individualizada da frase final

Apêndice 4 – Texto gravado no início do Documentário

Acessibilidade e Cultura

O que é? Todo mundo tem? Existe? O que é preciso? É possível?

São perguntas básicas como esta que fazem parte do cotidiano de uma grande parcela da população de pessoas com deficiência.

45 milhões de brasileiros vivem com alguma dificuldade física, visual ou auditiva e como eles participam da vida cultural neste Estado, nesta cidade chamada Porto Alegre.

Será um porto que recebe e que alegremente conduz seus moradores a uma vida cultural?

Ao que parece precisamos de muitas mudanças e para isso é necessário apostar na “cultura do acesso”.

Isto é, não só dar possibilidade de acesso à cultura, através de programações culturais gratuitas em praças e parques da cidade.

É perceber que as diferenças existem e a partir dessa visão cidadã e igualitária fazer da acessibilidade uma condição humana natural em toda a sociedade e nos espaços culturais.

Para traçar essa relação entre cultura e acessibilidade, vamos conhecer quem nos conta essa história.

Mariana –

Luiz Fernando –

Simone –

Felipe –

Anajara –

ANEXOS

Anexo 1 – Autorização para divulgação do documentário – CCMQ



AUTORIZAÇÃO

Eu, Manoel Henrique Paulo, Diretor da Casa de Cultura Mario Quintana, concordo e autorizo *Anajara Carbonell Closs*, divulgar e utilizar o documentário gravado nas dependências da Casa de Cultura Mario Quintana de forma a dar conhecimento ao assunto relacionado à Acessibilidade Cultural, abordado em sua dissertação de mestrado.

Porto Alegre, 26 de setembro de 2013.

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Manoel Henrique Paulo', written in a cursive style.

Manoel Henrique Paulo
Diretor da CCMQ